

Apresentação

As localidades do capitalismo: itinerários intelectuais de uma perspectiva

The locations of capitalism: intellectual itineraries of a perspective

EDSON FARIAS

FABRÍCIO MACIEL

O tema do capitalismo configura uma das principais discussões sempre presentes em todos os momentos da história das ciências humanas e sociais. Atualmente, os debates sobre as especificidades econômicas, culturais, morais e simbólicas desse arranjo têm tomado

novos contornos. As problematizações, que envolvem uma atenção para bem além de um sistema econômico, enxergando nele o alcance de processos civilizatórios articulados e, a um só tempo, em tensão com modos de vida e diferentes possibilidades de subjetivação, leva muitos dos intérpretes mais recentes, de alguma maneira, a identificarem uma renovação manifesta nos mais distintos e amplos planos da vida sócio-humana em escala planetária.

Em grande medida, ao longo dos séculos XIX e, principalmente, XX, a partir de pesquisas referidas aos campos econômico, sociológico, histórico, antropológico e geográfico, os diagnósticos feitos e os cenários traçados ao longo dessa sempre contínua discussão a respeito de em que consiste o capitalismo (mas também marcada por rupturas) concretizaram-se na comparação entre as estruturas nacionais do capitalismo. Isso foi elaborado em termos das abordagens da economia política (monetaristas, marginalistas, entre outras), dos marxismos, keynesianismos, desenvolvimentismos, adeptos da teoria da modernização etc. Essas estruturas nacionais do capitalismo ainda servem como base para um elevado número de pesquisas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos ou na América Latina e na Ásia. Em torno da década de 1970, porém, o debate ganhou novo fôlego por acolher, para igualmente pôr em confronto, formulações da teoria da dependência e os neo e pós-desenvolvimentistas, mas também autores(as) da escola regulacionista e versões pós-modernistas, neoliberalistas e recentemente facções do heterogêneo campo discursivo epistêmico pós-colonial. Distintas perspectivas de abordagens teórico-analítica da fase globalista do capital se sagraram como o legado empírico e interpretativo do trançado discursivo composto por essas contribuições mais contemporâneas.¹

Neste dossiê, com o recurso ao que estamos chamando de “localidades do capitalismo”, a proposta não está em definir — tampouco em reconceituar — esse grande arranjo sociocivilizatório. A ênfase recai na opção metodológica, porque a ideia é apreender a forma como o capitalismo pode ser estudado a partir da observação de especificidades locais que reproduzem e/ou contestam seus aspectos histórico-universais. Com o termo localidade, gostaríamos de ressaltar não simplesmente o espaço na sua dimensão geopolítica local e regional, no qual o capitalismo global se reproduz; antes, a tônica está em pensar a localidade como um espaço rugoso constituído nas e pelas experiências por meio das quais as estruturas gerais do capitalismo se reproduzem e/ou se modificam — considerando, para

¹ Neste contexto, são muito propícias as obras de Robert Castel (1998), com sua interpretação sobre o ocaso da “sociedade salarial”, e de Boltanski & Chiapello (2005), com sua compreensão do que denominam como “terceiro espírito do capitalismo”.

isso, eventos e outras durações históricas, mas em suas conformações nas percepções e sentimentos das pessoas mutuamente pressionadas e figuradas, simultaneamente, como indivíduos e coletividades. Não se quer reverter o nexo das determinações ao se deixar o sistema mundial à mercê das historicidades e dinâmicas do diferentes contextos étnico-históricos (Sahlins, , 1988, p.01-51). Na proposta deste dossiê, a prioridade, em termos das cognições aqui realizadas, está posta nos sentidos/significados fomentados, experienciados e expressos nas relações capitalistas, mas quando plasmados como localização, ou seja, orientação socioespacial. Por exemplo, a experiência vivida por trabalhadores feirantes autônomos, por artistas de rua ou aquela vivida por altos executivos no topo do mundo corporativo conformam distintas formas de localidades, incluindo distintas vivências e lugares de fala. Por fim, vale dizer que este recorte não pretende relativizar a dominação social e os conflitos de classe que sempre foram um aspecto central de qualquer capitalismo. Pelo contrário, à luz dos critérios de qualificação dos materiais empíricos, a tematização das localidades nos permite tentar avançar na compreensão da complexidade do capitalismo global e de suas contradições e paradoxos atuais, numa combinatória em aberto disposta no anverso dos movimentos pelos quais condicionantes se tornam recíprocos numa sincronia entre contingências e determinações, estruturas e episódios.

Ao longo dessa apresentação, de acordo com o objetivo acima exposto, o empenho estará em situar a proposta do dossiê, considerando os três seguintes aspectos: i) retomar, sem procurar esgotá-la, a matriz de conceituação do capitalismo tal como posta na formulação de Marx, mas com a finalidade de expor o quanto a teorização marxiana abarca a dimensão espacial — por situar — das relações sociais capitalistas; ii) evocando a intervenção habermasiana, sublinhar-se-á o descentramento do contingenciamento capitalista priorizado em Marx em favor de posicionamentos outros relativos ao binômio moralidade e comunicação; iii) reaver percursos analíticos e interpretativos que, a partir do imaginário teórico ainda afinado com a base canônica marxiana, deixam subsídios — conceitos e ferramentas analíticas, em especial questões — para a possibilidade de conceber as localidades à maneira de um ponto de vista histórico e sistêmico sobre o capitalismo.

UMA MATRIZ FENOMENOLÓGICO-MATERIALISTA

Evocando Hegel contra ele próprio, segundo a interpretação de Karl Mannheim (1974), os hegelianos de esquerda combateram seus congêneres do polo oposto evocando a máxima de que “quem faz a história são os indivíduos ou pessoas socializadas,

interdependentes”. Com isto, acentuaram a polaridade “espírito” *versus* “matéria”. Na interseção de ambos, porém, constitui-se a apreensão da realidade histórica como estrutura que inclui atividades inter-relacionadas (funções), vicejando a unidade entre pensamento e objeto — sobressaindo, enfim, a ideia mesma de um complexo secular, o social. E no seio desta estaria a fonte dialética à emancipação humana das determinações cegas. Na derrocada da filosofia, em nome da ciência aliada à prática, radicaria a revolução como fator elucidativo do espírito moderno enquanto consciência do tempo que não paira sobre o tempo, porque compreende o “ser-aí” histórico como fato da história humana em ato e não consciência solitária, no seu isolamento subjetivo. A filosofia da *práxis* em Marx encerra, assim, as fontes dessa compulsão humanista, mas antiespiritualista, que busca em Hegel as armas para destronar o próprio velho mestre em sua aquiescência com a razão subjetivista alardeada à soberana na ordem burguesa, no instante em que coteja a especulação como finalidade remissiva da emancipação humana. Sabemos o quanto a empreitada marxiana se indis põs com tal postulado, ao se colocar a favor de uma racionalidade erguida sobre a necessidade universal de reprodução da espécie. Logo, a dialética do esclarecimento, em Marx, tem sua aparição não a partir do exercício do autoconhecimento do espírito, senão na modulação que se instaura entre a consciência e a natureza, pelo processo histórico de atendimento e reposição transformada das necessidades no curso mesmo das lutas e conquistas da humanidade, seja intra ou interespecie. A categoria de trabalho desloca a de consciência, e a *práxis* despoja a especulação, porém sem renunciar à perspectiva fenomenológica, enquanto método do conhecimento.

Apenas em 1867 é editado, em uma tiragem de mil exemplares, *O Capital: a crítica da economia política*, ainda que apenas no seu volume I, do livro I, o qual trata do “processo de produção capitalista”. Os nove primeiros capítulos que compõem essa primeira parte apontam as questões-chave em termos teóricos, sendo os demais dedicados à descrição do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. No tocante ao eixo argumentativo da exposição, de início Marx resgata de David Ricardo a distinção entre “valor de uso” e “valor de troca”. Interessa-lhe a declaração de que o valor do objeto é determinado pelas circunstâncias da produção, em detrimento dos imperativos da demanda. A novidade introduzida pela inferência marxiana está na ideia de “mais-valia”. Em última instância, a mais valia corresponde à diferença entre o valor dos produtos do trabalho e o custo de produzir esta capacidade de trabalho. Isto em razão da desigualdade entre valor de troca da capacidade de trabalho (igual à quantidade necessária para reproduzir esta capacidade) e o

valor de troca dos produtos daquela mesma capacidade. É deste modo que Marx estabelece a distinção entre dois tipos de valores e, ao mesmo tempo, dois tipos de trabalhos — aquele que põe valor de troca e o outro disposto ao valor de uso.

Cabe esclarecer dois aspectos centrais: de um lado, qual a diferença inscrita por Marx na sua teorização sobre o valor; de outro, por que a mercadoria desempenha o papel de ponto de partida quanto ao empenho de identificar no trabalho a fonte da riqueza — a qual se manifesta, no capitalismo, justamente na pluralidade das mercadorias.

Em relação ao primeiro aspecto, o que está em foco é o estatuto mesmo da teoria do capital. Afinal é com ela que Marx procura desnaturalizar as relações burguesas e demonstrar que o trabalho — ou melhor, determinado tipo de trabalho — compõe antitética e organicamente o dispositivo da mais-valia. Assim, ele irá chegar à reavaliação da teoria do lucro — pedra-de-toque da dinâmica econômica burguesa. Logo se vê que, em Marx, capital e trabalho polarizam definitivamente a relação social moderna, na medida em que o capital é o resultante do trabalho e, ao mesmo tempo, aquele e este último se relacionam antiteticamente. Quer dizer, o capital é proveniente de uma relação social, o trabalho, a atividade humana. Contudo, não se trata do trabalho em abstrato, mas aquele posto nas condições históricas da sociedade fabril na qual a emergência da burguesia e o domínio da fábrica, como núcleo hegemônico da produção material da vida, trouxeram a proletarianização dos trabalhadores. Ao se deter nos imperativos subjetivos e nas condições tecnológicas da produção, em uma condição societária historicamente determinada, Marx desloca a conceituação mesma de capital que vigorou na economia política clássica. Enquanto tanto para Smith quanto para Ricardo o capital concerne aos “instrumentos”, para Marx tais instrumentos só se transformam em capital em uma específica relação social.

O capital abarca, desse modo, um conjunto complexo de propriedades. Ao consistir em riqueza genérica, um valor manifesto na forma-dinheiro, dar-se-ia então como valor de troca. Isto quer dizer: autonomizado, o valor não se confundiria com o conteúdo de qualquer objeto. Ainda assim, adverte Marx, o capital só existe em referência ao processo produtivo; é apenas nele que adquire valor, pois se encarna na materialidade dos meios de trabalhos e salários (meios de subsistência), o que remete à infraestrutura técnico-produtiva. Conclui o autor que a riqueza genérica não é imediatamente capital e nem todo adiantamento é capital. Para que assim o seja, urge cotejar o “caráter social determinado”. Este caráter social determinado está combinado à maneira original com que Marx redefine o tema do excedente, no tocante à polarização capital *versus* trabalho. Daí porque, a seu ver, torna-se necessário compreender o que faz a mediação entre ambos na composição de um significado orgânico.

Isto se faz possível graças à substituição — ou melhor, à transliteração — da teoria da taxa de lucro em uma teoria da mais-valia, na qual as questões da dominação e da exploração são decisivas. Portanto, a teoria da mais-valia permite ao autor vislumbrar o processo no interior do qual os resultados dos excedentes se transformam em capital — nos seus termos, “riqueza estranha e oposta ao trabalhador”. Enfim, é a própria atividade humana a criadora do “sobretabalho”, já que a reboque da sua reprodução no próprio exercício laboral o trabalho adquire vida, alma, subjetividade. Igualmente, o capital se torna totalidade lógico-histórica, estrutura categorial de pensamento e padrão normativo de agir e ser.

Sendo, portanto, o sujeito do processo, logo a mercadoria é disposta como a representação do dado elementar da socialidade burguesa; por isso é posta como ponto deflagrador da exposição sobre o capital. Em *O Capital*, a intenção intelectual que deflagra os objetivos perseguidos gira em torno da seguinte tarefa: “(...) descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. É nesse sentido que, no início da exposição, Marx toma a mercadoria como ponto de partida, já que para a sociedade burguesa a “forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria.” Para o autor, nessa mesma socialidade, o valor é expressão de uma organização das relações sociais calcadas no primado mercantil do intercâmbio entre “produtores independentes”. Quer dizer, no âmbito da ordem burguês-capitalista, a relação mercantil está amparada em subjetividades e antecipa o enredamento do capital quando o representa como o dado manifesto da riqueza moderna.

Já aqui o diálogo com os economistas se evidencia, pois Marx faz coro com a pedra angular da economia política. Afinal, esta — na contramão dos mercantilistas — encontra a fonte da riqueza no trabalho humano, e a mercadoria exporia tal preceito. Por outro lado, o autor se incompatibiliza com determinada interpretação calcada em igual desígnio da economia política: o enunciado que desvela a particularidade histórica desta riqueza apreendida na mercadoria na “circulação simples” entre “produtores independentes” no interior da sociedade burguesa. Daí porque justamente nela emergiria a consciência do trabalho como motor da riqueza, embora na forma-mercadoria. Nessa compreensão reside o foco da atenção de Marx, e tal aspecto concentra o elemento propriamente sociológico da teoria do capital. Cabe descrever essa proposição. Marcado em sua natureza como polaridade antitética — entre valor de uso e valor de troca —, de acordo com Marx, a mercadoria não contém a plena subjetividade, o que a remete ao processo amplo da produção na fase histórica do capitalismo. E isto a supõe no rumo do dinheiro e do capital propriamente dito.

Ora, a mercadoria é, ao mesmo tempo, usufruto e meio de troca. Nessa oposição, o autor interpela a temática da taxa de lucro e do capital. Ele introduz sua perspectiva de uma teoria do valor que evidencia a fragilidade de fundar a explicação do lucro na dimensão mercantil do intercâmbio. A seu ver, o valor diz respeito a uma existência social específica do trabalho que se substancializa no dinheiro, e a mercadoria dá conta de uma socialidade alicerçada na troca, isto é, na equivalência entre desiguais (qualidades e serviços). É nas condições dessas relações formais, quantitativas que o valor assume interesse econômico (MARX,1984, p.36).

De fato, concorda Marx, os valores de uso são “meios de subsistência” e são produtos resultantes da força vital humana despendida — ou seja, trabalho objetivado (exteriorização da subjetividade). Deste ponto de vista, em sua totalidade, as mercadorias são “cristalizações” do trabalho humano socialmente realizado. Contudo, na medida em que estão dispostas à troca, elas compreendem um caráter determinado de trabalho. Marx chamará este de “trabalho uniforme”. O trabalho que uniformiza é aquele de natureza simples, segundo ele, por se tratar de algo indiferente à qualidade dos valores de uso e mesmo do dispêndio físico específico de cada produtor. Corresponde, enfim, ao trabalho que põe valor de troca, o trabalho “abstrato em geral”. Com isso, o autor se esforça em conceituar o elemento habilitado a mensurar grandezas distintas, postas em relação de equivalência mediante o trabalho nele contido. Observa Marx que deve estar em questão o tempo gasto na produção, quer dizer, o “tempo de trabalho”. Mas esse trabalho é o tempo social, denominado de “trabalho abstratamente geral”. Ou seja, trata-se do trabalho que não corresponde a nenhum trabalho particular (MARX,1984, p.37).

O teor ambíguo comparece na denominação mesma social do trabalho já que, de um lado, compreende de fato o “trabalho humano geral”. Porém, de outro, esse trabalho aparece como abstrato, “trabalho médio”, diante do qual cada trabalho específico comparece como mero “órgão” do trabalho geral. Marx reconhece que esse “trabalho médio” — trabalho simples a ser realizado por qualquer “indivíduo médio” adestrado — varia de época e sociedade. Mas ele próprio faz questão de assinalar que na sociedade burguesa o trabalho simples abarca a quase totalidade dos trabalhos. Aqui penetramos no terreno das determinações do modo como são apresentadas na exposição categorial de Marx:

As condições do trabalho que põe valor de troca, tais como resultam da análise do valor de troca, são determinações sociais do trabalho, ou determinações do trabalho social, mas não pura e simplesmente social, mas de um modo particular: é um tipo específico de socialidade. A simplicidade indiferenciada do trabalho é, em primeiro lugar, igualdade dos trabalhos de diferentes indivíduos, relacionamento recíproco de seus

trabalhos como iguais, e isto mediante uma redução de fato de todos os trabalhos a um trabalho de tipo igual. O trabalho de qualquer indivíduo, enquanto se apresente em valores de troca, possui este caráter social de igualdade, e só se apresenta no valor enquanto se relacione como igual com o trabalho de todos os outros indivíduos (MARX,1984, p.38-39).

De acordo com Marx, a determinação do valor de troca pela mensuração do trabalho define a possibilidade mesma de exteriorização dos agentes, porque o tempo de trabalho aparece como manifestação do trabalho geral. Desse modo, dotado aquele do “caráter geral” (social) consiste diretamente em tempo de trabalho realizado por um indivíduo, porém não corresponde ao seu tempo individual, “mas somente como tempo de trabalho comum a todos, que, por isso mesmo, é indiferente de qualquer indivíduo que seja tempo de trabalho” (MARX,1984, p.39). Nesses termos, o tempo de trabalho geral corresponde ao “equivalente geral”, quer dizer, a uma determinada quantidade de tempo de trabalho cuja objetividade é irreduzível ao produto imediato de qualquer indivíduo, o que a torna conversível em qualquer valor de uso. Estamos no cerne mesmo da alquimia a que se dedica Marx: porque apenas como trabalho geral, o trabalho (e qualquer indivíduo) se torna equivalente a outros valores de uso.

Marx, a partir desse momento, pode distinguir o trabalho daquela especificidade que esse adquire ao se tornar produtor de valores de troca. A seu ver, nos limites comunitários o trabalho dos indivíduos não estava encerrado na forma abstrata da generalidade, porque o trabalho coletivo aparece como resultado da especificidade de um órgão. Garante que somente no ápice do trabalho que põe valor de troca é possível a concepção de agente individualizado, autor de seus produtos, mas que imediatamente está na antítese da forma geral do trabalho. Nessa última condição, o que antes aparecia como relação social entre pessoas toma o aspecto de relação entre coisas, já que o produtor e a objetividade do seu trabalho estão, para ele, estranhas. A determinidade do valor de troca ocorre porque as coisas existem pelo seu valor de permuta. O cotidiano da socialidade burguesa, enfim, afigura-se ao reino do estranhamento em razão da supremacia mesma da mercadoria como expressão da riqueza (MARX,1984, p.41).

Sendo atividade de apropriação natural pelo homem daquilo que viabiliza sua existência particular e genérica, o trabalho é a mediação do binômio homem e natureza. No entanto, sublinha Marx, no trabalho que põe valor de troca, a “apropriação natural” é embutida em um conjunto social que está no indivíduo, mas que comparece à maneira de uma entidade metafísica. De acordo com essa mesma entidade, as coisas importam pelo

serviço acionado para sua elaboração; importa a grandeza de tempo de trabalho contido na produção. O valor de troca traduz duas imbricadas consequências: a) cada mercadoria expressa o valor das demais, o que permite sua equivalência em valores de uso tão diversos e múltiplos; b) da mesma maneira, embora haja divisibilidade, a equivalência permanece intacta a qualquer valor de uso. E isso tem sua efetividade porque é no processo de troca que se daria o que Marx chama de “alienação multilateral”. Ou seja, para o produtor a sua mercadoria é “não-valor de uso”, é produto de uso para outro; seu produto é “meio de troca”. Mas, para tanto, o produto mesmo deve ser concebido como valor de uso, isto é, algo gasto na satisfação de uma necessidade. O que, por sua vez, a torna desde a origem relacionada às demais mercadorias, sistematizadas no valor de troca. Essa sistemática de equivalência geral pela ação multilateral de todas as mercadorias traz ao palco a imperiosidade daquela mercadoria que se apresenta como metro de outras, como objetivação do tempo de trabalho geral. O seu valor de uso é essa “determinidade formal”: “A mercadoria excluída como equivalente é agora objeto de uma necessidade geral que nasce do próprio processo de troca, e tem para qualquer um o mesmo valor de uso que é ser portador de valor de troca, ou seja, meio de troca geral” (MARX, 1984, p.51). Trata-se assim de uma “mercadoria geral”, já que o seu valor de uso advém de ser o tempo geral de trabalho objetivado, tal é a propriedade elementar da sua particularidade. Diante dela, todas as mercadorias particulares estão opositivamente recíprocas. O “dinheiro” compreende essa mercadoria sintética; o dinheiro cristaliza o valor de todas as demais mercadorias. Agora estas podem se relacionar entre si na sua conformidade imediata; o dinheiro as determina, dando-lhes forma de equivalentes, de valores de troca.

Marx assinala a urgência em se observar propriedades na qualificação de uma mercadoria a fim de que possa cristalizar o valor de troca das demais. São elas: livre divisibilidade, uniformidade das partes e indiferenciação de todos os exemplares desta mercadoria. A homogeneidade e a durabilidade são outras propriedades. Por suas características físicas, conclui ele, os metais preciosos se adequaram melhor ao papel de equivalente geral. Desde agora o autor se volta para o contexto sócio-histórico do primado da equivalência. Ele a encontra na dinâmica do comércio e da unificação dos mercados. É aí que as coisas começariam a ser deslocadas dos valores de uso para a guarda de um “excedente”. O surgimento do excedente — afirma — vem a reboque da diluição dos valores comunitários. Resulta que os valores de uso se tornariam mercadorias, obedecendo às pressões de um comércio intercomunitário. Nesse estágio, a ampliação do valor de troca é a contrapartida da expansão do próprio mercado, enfim, do círculo mercantil.

Concluimos então, com Marx, que a troca das mercadorias constitui o outro lado de uma reestruturação produtiva, na qual a divisão do trabalho alcança a multiplicidade da variedade de trabalhos e valores de uso.

A divisão do trabalho, como totalidade de todos os modos de ocupação produtivos particulares, é a figura global do trabalho social considerado do ponto de vista material, como trabalho produtor de valores de uso. Todavia, do ponto de vista das mercadorias e dentro do processo de troca, existe como tal apenas em seu resultado, na particularização das próprias mercadorias. (MARX, 1984, p. 53-54).

Logo, argumenta Marx, a divisão do trabalho não pode ser descolada do processo de troca, aí onde a mercadoria daria conta de um metabolismo ambivalente. Pois a troca de produtos se faz entre produtores particulares, mas está determinada pela relação de produção que agrega esses mesmos produtores, os classifica e define. Tais relações de troca ganhariam substância na formação do equivalente geral, cristalizado no dinheiro.

No livro I, ainda, o contexto da fábrica aglutina e molda os ingredientes empíricos e teóricos de toda a obra, já que nele o cenário da fábrica moderna é ressaltado, pois ostenta o entrecruzamento do capital com a exploração da força de trabalho. Não devemos esquecer que, para Marx, se a fábrica é o ápice da divisão do trabalho social universalizado concentradamente nessa unidade produtiva, na sua teoria econômica o capital industrial constitui a “modalidade exponencial” do capital. Isto é, compreende — do ponto de vista da abordagem e da apresentação conceitual e descritiva do processo — o expoente da tematização do capital em razão de conter a explicação da criação e acumulação da mais-valia. Só dessa maneira poderemos compreender o lugar elementar ocupado pela mercadoria na arquitetura expositiva de *O Capital*. Afinal, ali, a mercadoria é a contrapartida do trabalho que a viabiliza — isto é, o “trabalho concreto” responsável pelas qualidades do objeto. De outro lado está o trabalho abstrato, correspondendo à “substância do valor”, ao ser o conjunto indiferenciado da energia humana mediante o arranjo promovido pela forma-mercantil da lei do valor de troca. Destarte, Marx define três instâncias interdependentes na temática do valor: a) a substância: trabalho abstrato cristalizado; b) a forma surpreendida na relação entre as mercadorias; e, finalmente, c) a grandeza, quer dizer, o tempo de trabalho abstrato, o tempo “médio” ou “padrão”.

Embora a apresentação esquemática aqui realizada dificulte perceber todo o nuançado do raciocínio do autor, é patente o seguinte: a exposição lógico-formal da

sistemática do capital não pode descuidar do olhar sobre o processo histórico no qual a circulação monetária adquire vigor e se impõe sobre as trocas. Ao mesmo tempo, é urgente percorrer o processo no qual a troca se superpõe à utilidade e o excedente se torna capital. Por agora nos deteremos no que Marx encontra na elementaridade da duplicidade da mercadoria, a saber, o capital e a lei do valor — um e outro consubstanciando o agente e o princípio da produção moderna. Vimos que Marx desvela o capital não como uma coisa e nem tampouco trabalho acumulado; o capital é para ele uma “relação social” ancorada na distribuição desigual dos meios de produção entre capitalistas e trabalhadores. Marx encontra, enfim, no “fetichismo da mercadoria” o “fetichismo do capital”, isto é, um tipo histórico próprio de dominação e, com isso, confere contornos bem singulares à apropriação da ideia de alienação originária interna à antropologia feuerbachiana (GORENDER, 1985, p. XXXVII).

Em linhas gerais, o que se expõe é a situação na qual o capital se encarna nos meios de produção. Estes por sua vez correspondem a peças recolhidas pela apropriação privada possível com a dominação política burguesa. A fábrica seria o reduto deste metabolismo. Aí, o “trabalho morto” agiria à maneira de um vampiro do “trabalho vivo”, na medida mesma em que este se torna mercadoria, grandeza social. Enfim, o valor é justamente este arbitrário que viabiliza a permuta entre equivalentes privatizados, porém desproporcionais e desiguais entre si. Estão completos, portanto, os termos de uma teoria do capital e, nela, define-se uma teorização sociológica calcada na observação da contradição expressa na proposição da “luta de classes”. Teorização sociológica, porque Marx apreende a sociedade como decorrência de um processo histórico dotado de específica dinâmica. Tal vetor diz respeito a uma “condição de produção” envolvendo relações sociais mediante as quais os homens tanto atuam sobre a natureza quanto uns sobre os outros. Então, embora no capitalismo a forma de consciência burguesa² leve à interpretação da realidade como o trato entre coisas e produtores individualizados, ainda assim um e outro seriam criados e recriados nas condições de produção. Nestas mesmas, ambos recriariam cotidianamente a sociedade. Em tal sociedade histórica — a socialidade burguesa-capitalista —, seria a estrutura composta por uma contradição essencial: a relação desproporcional entre trabalho assalariado e capital; fatores

² A noção de forma de consciência revela a reposição em Marx da ideia kantiana de forma, de categorias apriorísticas do conhecimento. No entanto, em Marx, tais *a priori* estão associados às disposições ao conflito gerado no plano da luta pela sobrevivência, o ingresso da questão valorativa se impõe como alternativa no estudo dos *a priori* sociais, ao entendermos estes como categorias históricas fundamentais da orientação social, as quais seriam relacionadas aos posicionamentos dos grupos nos conflitos que envolvem as lutas pela apropriação e reprodução dos meios de sobrevivência.

essenciais porque corresponderiam à razão do seu dinamismo e igualmente o foco tendencial da sua diluição.³

Se observado o sumário do Tomo I de *O Capital*, veremos que o transcurso da análise realizada pelo seu autor parte da mercadoria até os capítulos dedicados respectivamente a “Divisão do Trabalho” e a “Manufatura”. São, ao todo, doze capítulos distribuídos em quatro grandes seções. A primeira se ocupa da mercadoria e do dinheiro. Sucedida então por aquela voltada à “Transformação do Dinheiro em Capital”. Já a terceira trata da produção de mais-valia absoluta. E a última enfoca a produção da mais-valia relativa.

Nesse trajeto, Marx se mantém coerente com o projeto de demonstrar o movimento econômico da sociedade moderna. Em todo o percurso se vai desvelando o capitalismo como um sistema de produção de mercadorias para o qual importa — acima de tudo — reproduzir-se ampliamente, de acordo com a sua lei magna da “acumulação”. Resulta, ao fim, que Marx entende o capital como o acúmulo de mais-valia ou a exploração do trabalho. É assim que ele explica a riqueza do capitalismo, mas igualmente a contradição que o perpassaria na situação de pauperização crescente dos produtores diretos — os trabalhadores. Sem abandonar o peso da esfera da circulação em uma sociedade organizada em torno das relações entre proprietários privados, Marx se dispõe a ultrapassar o dado imediato da formalidade jurídica com a finalidade de imergir no âmago da produção configurada pela totalidade orgânica do capital. E, logo, deixa entrever a desigualdade incrustada no coração mesmo da evocação de igualdade burguesa, porque — segundo seu argumento — desaparece na produção a mera troca de equivalentes (trabalho por salário) e, principalmente, sucumbe a desfaçatez da dominação do proprietário do capital.

Nota-se um deslocamento copernicano diante da compreensão hegeliana sobre a sociedade civil burguesa. Para Hegel (2000), uma das teses decisivas para a concepção de sociedade civil está no resultado da combinação entre a racionalidade econômica e o atomismo social inscrito na visão jusnaturalista. Tal resultado se definiria, para ele, a partir da pressuposição de que os indivíduos não apenas se reconhecem como proprietários privados mas, na arena mesma da emulação do mercado, identificar-se-iam juridicamente livres e iguais, além de moralmente responsáveis. Algo assim supõe a efetividade institucional jurídica e política capacitada a arbitrar o conflito dos interesses egoístas, ou seja, pressupõe o Estado. Deste ponto de vista, na teorização hegeliana o direito compõe a “expressão

³ Uma boa crítica a Marx e uma correspondente reconstrução, neste sentido, incluindo o valor do conhecimento científico e tecnológico nas sociedades atuais, foi feita por André Gorz (2004).

especulativa da universalização histórico-mundial da liberdade, elevada à determinação essencial de todo homem, e tomada, por isso, no confronto com o ideário revolucionário, em conteúdo único da filosofia” (MILLER, 2003, p.10). Hegel reconhece na sociedade emergente a contraditória interface da multiplicidade das carências com a emancipação do trabalho produtivo enquanto a base material, ao lado da divisão do trabalho, das novas relações sociais. A rotação posta em movimento por Marx reside no instante em que a mercadoria, como expressão do capital, substitui o direito no lugar-chave da determinação essencial histórica de todo homem. Para isso, Marx faz o desvio do trajeto especulativo do *Espírito*, na sua realização como *Absoluto*, e desce ao chão das condições sócio-históricas, nas quais o par composto pelas carências múltiplas e o trabalho autonomizado promove a dinâmica de uma sistemática produtiva orientada para a remuneração expansiva do capital investido, mas tendo seus dividendos particularmente apropriados. Ele, enfim, expulsa o Estado e o estatuto jurídico do reino da liberdade; ambos são decaídos aos infernos da dominação de classes.

Levar adiante tal deslocamento obriga Marx a invadir o cenário supremo da geração da riqueza na modernidade da qual era contemporâneo — a indústria. No emaranhado complexo da divisão do trabalho no interior da fábrica, ele constata existir o laboratório social onde se processa a transformação do trabalho em riqueza e, ao mesmo tempo, em miséria. Acompanhamos em linhas gerais os movimentos da exposição do autor, porém invertamos a mão nesta explanação, tomando o último capítulo do Livro I como ponto de partida. A opção se justifica pelo fato de que o esclarecimento da premissa contida nessa instância analítica de *O Capital* permite iluminar o conjunto da obra. Ao tratar da “Manufatura”, Marx objetiva deslindar lógica e historicamente a originalidade do capitalismo. A manufatura corresponde, assim, à passagem para o que chama de “produção capitalista propriamente” dita — ou seja, a indústria moderna.

Uma primeira questão logo se impõe: o que vem a ser o “propriamente” dessa produção? O autor é preciso na resposta: a separação drástica entre propriedade e trabalho. Quer dizer, o trabalho constitui agora tão-somente força de trabalho do indivíduo liberado pelas relações jurídicas que emanam do estatuto da propriedade privada. Já o capital corresponde à propriedade constituída por intermédio da apropriação sem equivalência, embora isso ocorra sob o respeito à lei do valor — isto é, da troca nos limites da circulação simples. Nesta, o trabalho já comparece como mercadoria, como propriedade do capital, e obedece à naturalização da apropriação unilateral do trabalho alheio. Por sua vez, seja o produto ou o trabalho aparecem ao trabalhador igualmente como mercadorias, logo

enquanto valores de troca como quaisquer outros. Já é claro o dado peculiar à socialidade burguesa: capital e trabalho são polos opostos, ainda que mutuamente condicionados. Afinal, adverte Marx, o trabalho cria o valor abstrato, mas está distinto do capital, já que este é a inteireza do processo de produção e não se confunde com qualquer das particularidades. O entendimento dessa peculiaridade deve inserir o dueto salário e dinheiro, o qual estaria no teor da disponibilização do trabalho à “vampirização” da mais-valia.

É pelo ducto da circulação que Marx transita, ainda que já ciente do equívoco de permanecer nessa instância, pois se perderia no isolamento. Interessa-lhe reter que, na troca, o capital aparece visando a sua autoexpansão, e o dinheiro (forma abstrata e genérica de valor) se delimita como capital, já que participa desse tráfego expansionista. O dinheiro comporta, então, algo contraditório. Enquanto é “meio de circulação” ativado na permuta de valores de uso, na plenitude a forma-dinheiro consiste em uma modalidade de equivalente geral autonomizado e que suporia a razão mesma de todo o processo. A autonomia é fugaz, afinal o dinheiro não sai e nem poderia sair do processo de troca. O dinheiro, portanto, implica um duplo aspecto, expresso por duas fórmulas igualmente distintas: a) M-D-M: circulação de mercadorias; b) D-M-D: circulação de dinheiro como capital. Nessa segunda equação, o dinheiro quer dizer “comprar para vender”, porque “(...) transformar-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital.” O que detona a propulsão do dinheiro é o valor de troca, isto é, a valorização do próprio valor, da sua insubstancialidade. Este eterno retorno do valor ao seu fim expansivo é o fulcro no qual Marx adentra para reinterpretar a teoria da mais-valia, herdada dos economistas clássicos. Justamente em razão de que a mais-valia, sendo o valor que se valoriza, compreende o “excedente sobre o valor original”. O capitalista é o agente deste movimento; cabe-lhe permanentemente lançar o dinheiro na circulação visando ao sobrevalor, e este é a expressão do capital (MARX, 2003, p. 201). Daí decorre que na circulação, ou seja, na troca de equivalentes, o capital, na expressão dinheiro, aparece como específica circulação, e a mais-valia como o valor agregado ao valor originalmente posto em circulação. Porém está claro que, na circulação, por ser troca de equivalentes, não se daria acréscimo ao valor. É aqui então que Marx introduz uma alternativa explicativa, lançando mão da categoria de mercadoria “força de trabalho”. Ela é engenhosa na medida em que o autor oferece uma fórmula convincente sem arredar os pés do âmbito da troca. Ou seja, responde na circulação como o trabalho produz lucro, reavaliando a lei da troca de equivalentes contida na equação que demonstra o nexos da necessidade entre valor e tempo de trabalho. Ajustam-se as faces

assimétricas do sistema produtivo capitalista: igualdade e equivalência nas trocas fundadas em condições de produção e relações desiguais.

A mercadoria força de trabalho é fonte de valor e de mais-valor obedecendo ao seguinte esquema. Como qualquer mercadoria, observa Marx, também a força de trabalho está mensurada pelo tempo gasto na sua produção. No entanto, ao se tratar de uma “ação” (um encadeamento de atos dotado de finalidade para quem o realiza), o próprio desgaste do valor de uso dessa mercadoria é gerador de excedente. Para tanto é preciso que o valor criado nesse desgaste supere o valor atribuído como necessário à reprodução desta força de trabalho. Ora, a intensificação da produtividade ou a expansão da jornada de trabalho são os recursos precisos dessa extração de mais-valor. Veja-se bem: não se trata do trabalho, mas dessa dimensão de antemão mercantilizada da atividade laboral, que é a força de trabalho. E essa é a novidade histórica e revolucionária do capitalismo, segundo Marx. Isto porque seria apenas nesse contexto que o excedente de valor se torna autônomo e está em conexão necessária com um trabalho habilitado a pôr valor de troca. Por isso, em seu argumento, o nexos equivalência e mais-valia só adquire consistência teórica na concretude histórica da socialidade burguesa. Apenas nela o trabalhador (como indivíduo) é liberado de todos os laços comunitários, sobrando-lhe apenas a força de trabalho como propriedade a ser vendida no mercado, como qualquer outra mercadoria, à sombra do estatuto jurídico burguês. Decididamente, ele desvela a articulação entre dinheiro, força de trabalho e meios de produção no processo mesmo de valorização do capital. Desvende-se assim a operação que capacita a identidade entre capital e trabalho, um elo flexível em meio a contradições tão acentuadas: “O valor de uso posto ao capital enquanto valor de troca posto, é o trabalho. O capital se troca, ou neste caráter determinado, só está em relação com o não-capital, com a negação do capital em relação ao qual só ele é capital; o verdadeiro não-capital é o trabalho.” (MARX, 1984, p.215).

Vale a pena reiterar que Marx ingressa no estudo da conflituosa relação entre capital e trabalho sem descuidar do predomínio garantido pela circulação na sociedade burguesa. A teoria da mais-valia dá acesso à maneira astuciosa como o autor empreende a montagem do eixo econômico político e sociológico da sua abordagem. Ao empregar as categorias de “mais-valia absoluta” e de “mais-valia relativa”, ele pisa a senda que o conduz da elementaridade do trabalho até a complexidade determinada da condição produtiva do capital. Desse modo, retoma conceitos de trabalho, meios de produção e objeto interconectados pelo objetivo da realização de utilidades e os sintetiza na categoria de “determinação natural do trabalho”. Porém seria equívoco considerar que haja apenas a

intenção de indicar uma morfologia da *práxis*; ao trazer à cena da exposição a historicidade do ambiente do trabalho, Marx pretende descortinar o que chama de “determinação formal”, enquanto descrição analítica do fenômeno no qual a canalização do impulso vital do trabalhador acontece quando este se vê diante de externalidades irreduzíveis ao próprio trabalho. São elas as matérias-primas a serem elaboradas. A princípio, o capital parece estar tão somente encerrado nesse cenário das coisas que resistem à subjetividade do produtor.

A tentativa de Marx está em demonstrar que a abstração existente entre processo econômico do trabalho e capital é, de fato, uma abstração inerente ao modo de produção capitalista. Em outros termos, para ele o posicionamento enquanto elementos externos um ao outro — capital e trabalho — corresponde à faceta mesma da sistemática do capital, não se tratando de uma característica da determinação natural do trabalho. Apenas nessas condições os meios de produção são reinterpretados como fatores necessários à valorização do capital. A figura do capitalista se torna elucidativa. Este é tanto o novo controlador do trabalho quanto o proprietário particular do produto geral (social). A mais-valia corresponderia, então, à fonte e, a um só tempo, ao efeito desta novidade histórica totalmente calcada sobre um processo de trabalho envolvido pela relação entre coisas, propriedades privadas, dispostas como objetos de troca (de compra e venda). Daí por que prevaleceria a lógica do interesse individual na valorização do *quantum* de início empregado. Há duas consequências teóricas a serem extraídas dessa conclusão. De um lado, o capitalista não é um indivíduo pernicioso, movido pela má índole; mas cabe reconhecê-lo como o agente histórico de uma conduta orientada por um sentido ancorado em condições de produção e relações sociais muito específicas, sendo, portanto, uma consciência resultante do ser social, o qual está encerrado na particularidade histórica da relação de classe caracterizada pelo imperativo da competição deflagrada em torno da sobrevivência material. De outro lado, Marx deixa claro que a natureza processual e histórica do movimento estudado faz o capitalista e as relações de produção emergir de condições antecedentes — condições nas quais os capitalistas irão se apropriando do valor transferido (meios de produção) e do valor criado (trabalho vivo).

A mais-valia, sublinha Marx, poderá ser apenas fruto da fase última da produção — do valor criado —, pois nessa fase se daria a assimetria na troca de equivalentes. Porque, no produto, não se trata somente de transferir o valor inicialmente investido; antes, há que se obter do trabalho vivo, enquanto força produtiva, o máximo de proporções. Neste sentido, esclarece o autor, não existe uma conexão orgânica entre o trabalho passado e o rendimento

diário do trabalho, da atividade humana. A equação proposta pelo esquema marxiano tem as seguintes propriedades para compreender esse aspecto: a soma dos trabalhos ou a abstração destes só ganha substância na padronização da destreza do trabalho médio, mensurado pelo tempo de trabalho. Porém, somente no desgaste realizado na feitura mesma do produto, graças à intervenção do trabalho vivo, se dá o excedente. Trata-se então de excedente de tempo de trabalho gasto na obtenção das quantidades produzidas. Excedente em relação ao salário, isto é, ao valor a princípio pago para a força de trabalho se reproduzir e se capacitar a realizar determinado *quantum* produtivo. Enfim, a mais-valia corresponde a esse excedente de tempo de trabalho não pago, mas que implicou o dispêndio da força de trabalho, da energia vital de pessoas concretas. Aí está, denuncia Marx, a exploração por trás da igualdade de intercâmbio de equivalentes. Algo assim se viabilizaria pela generalização histórica do capital definida pelas duas seguintes categorias: a) “capital fixo” — os meios de produção que consistem na inversão de valores por parte do capitalista na produção — e b) “capital variável” — aquela dimensão do capital investida na força produtiva. Ambas compõem o que ele chama de a “composição orgânica do capital”. Embora distintos, um e outro deixam perceber que fazem parte de um mesmo capital inoculado na circulação.

A sofisticação da teoria da mais-valia está encerrada no detalhamento da categoria de “taxa de mais-valia”. Com ela, Marx procura demonstrar que a mais-valia corresponde ao acréscimo de valor ao valor investido no capital variável na esteira mesma do processo produtivo. Ele quer desse modo identificar a natureza do excedente no capitalismo, já que desconfiava da precisão conceitual da teoria da taxa de lucro oferecida pelos economistas. Considera que estes se restringiam ao plano da troca. Com a taxa de mais-valia, Marx intenciona deixar patente que a valorização do capital (o lucro) depende da superação — pela magnitude criada pelo trabalho — do valor empregado na força de trabalho consumida. A taxa de mais-valia ou de exploração é, portanto, a “(...) expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.” (MARX, 1982, p.177). Pode-se dizer que, em Marx, a capacidade de expansão sistemática da riqueza capitalista está na justa proporção da capacidade do capitalista de expropriar o trabalho alheio por meio da própria mercadoria-trabalho, a força de trabalho.

Tal capacidade comparece na exposição de *O Capital* na apresentação conceitual dos métodos históricos empregados pelos proprietários dos meios de produção na extração das taxas de mais-valia, no trato entre “trabalho excedente” e “trabalho necessário”. Nestes termos de Marx, no capitalismo a “produtividade do trabalho” compreende a disponibilidade na produção de valores de uso com vista à valorização do capital. Daí se conclui que a

extensão da jornada de trabalho é uma estratégia na extração da taxa de mais-valia. E esta última em nada afeta a normatização das equivalências, porque esta última seria fixada no salário anteriormente à situação imediata da produção, mas em correspondência à cesta básica. A igualdade suposta no plano da circulação desaparece na produção, na medida em que justamente prevalece a lei da força que advém do desequilíbrio entre as classes sociais. Supõe-se aí um contínuo conflituoso composto dos donos dos meios de produção e dos proprietários da força de trabalho, ambos articulados pelo instrumento do contrato de trabalho na formalidade do assalariamento. Do ponto de vista histórico, a análise de Marx supõe a gradual interação do capital com as condições de apropriação mercantil do trabalho, da qual a extensão da jornada de trabalho é a mais exemplar e eficaz.

Porém, no entendimento de Marx, a “mais-valia relativa” compreende a forma pura da expropriação capitalista. Ela incidiria a favor da alteração mesma do tempo de trabalho, porque viria a reboque da intensificação do trabalho médio, para reduzir os custos e aumentar a produtividade. Isso, então, estaria em vínculo direto com o imperativo interno ao sistema de revolucionar permanentemente as condições de produção, sem alterar, claro, as posições e o estatuto da propriedade privada. Observa o autor que a taxa de mais-valia relativa depende dessa revolução, já que o excedente de valor consiste no seu suporte. Lembra Marx que, ao constituir-se no *locus* prioritário da mais-valia relativa e do movimento exponencial do capital, a indústria sintetiza o processo no qual os trabalhadores se definiram como proprietários individualizados de força de trabalho aptos a venderem tal produto aos donos dos meios de produção. O que seria, portanto, especificamente capitalista na mais-valia relativa é o fato de que nela os meios de produção se tornam — eles sim! — os empregadores dos trabalhadores, ou melhor, da sua força de trabalho, em resposta ao impulso da capitalização dos valores. Enfim, o que Marx tem por prerrogativa é que, no capitalismo, o trabalho é ele mesmo capital, “capital variável”. Para isso, Marx equaciona o capitalismo como um modo de produção na soma de forças produtivas com meios de produção mais relações de produção. Um arranjo sistematizado lógica e historicamente pela valorização do capital, atingindo planos vários das atividades produtivas — estas agora atravessadas pelo ímpeto da revolução permanente da produção, trazendo à roldão as pessoas e suas identidades.

Encerrando a longa exposição sobre o capital em geral, no capítulo XXII Marx apresenta o que chama de a “lei geral da acumulação capitalista”. O objetivo da tematização é descortinar o problema em torno da reprodução socioeconômica. Deixa os “capitais particulares” para o restante da obra. Na sua interpelação do tema da reprodução geral, Marx

trava um debate com as teorias demográficas sobre a população, já que tem a intenção de demonstrar quais determinações enquadram os trabalhadores nas coordenadas da ampliação do valor. Uma vez mais, portanto, ele conecta a análise econômica ao problema sociológico das relações conflituosas entre classes opostas nas condições de produção. De início, procura afastar a “reprodução simples” da “acumulação”. A primeira apenas faz referência à mais-valia como fonte do desfrute do capitalista. A última, ao contrário, sinaliza o emprego da mais-valia transformada em “capital produtivo” já embutido no valor original. Ao tratar da reprodução simples, Marx demonstra que o trabalho não apenas cria mais-valia, mas igualmente fornece o “fundo de consumo” crucial à reprodução da força de trabalho. Por outro lado, se a renda consumida pelo capitalista advém da mais-valia, o capital originalmente investido na produção não se desgasta, por ser justamente trabalho acumulado e não-pago. É desse modo que Marx atesta como a totalidade do capital está toda comprometida com a expropriação do trabalho.

Desde agora, entende Marx, todo o conjunto dos elementos incluídos na dinâmica do capital são reconhecidos como internos à própria dinâmica do processo produtivo capitalista, seja no ponto de partida ou no resultado. Ao mesmo tempo e uma vez mais, o autor pode supor a fragilidade da priorização conferida pelos economistas à circulação. Argumenta que, ao se destacar a efetividade desta última, relegam-se as origens da propriedade privada, além de mitigar o que a singulariza. Ele quer chamar atenção que, quando vai ao mercado de trabalho, o capitalista já ostenta valores não adquiridos na esfera da circulação. Trata-se, então, de revelar quais são os procedimentos que garantem a superioridade do capitalista e a reprodução dessa assimetria garantidora da reprodução mesma da subjugação do trabalho à acumulação de valores. Verificar a reprodução permite consignar trabalho e capital como termos lógicos e históricos elementares do capitalismo. Ao mesmo tempo, deixa ver a necessidade de investigar os dados exteriores ao capital que explicam, nas relações sociais historicamente determinadas, as origens das condições capitalistas. Essa é a tarefa da pesquisa da “acumulação primitiva”. Parte-se da circulação simples, na qual as mercadorias se transmutam em dinheiro. Em seguida, passa-se à transformação do dinheiro em capital, e já aí despontam as relações sociais na valorização em espiral do valor. Finalmente se atinge o âmbito próprio da acumulação. Exatamente aqui cairia por terra a justificativa da troca de equivalentes, já que a “propriedade privada” aparece como que forjada a partir do arbítrio de se apropriar do trabalho alheio, e se consubstancia o divórcio entre trabalho e propriedade.

Do ponto de vista metodológico, Marx argumenta quanto à fragilidade da insistência no caráter imediato da aparência. Isso porque, no dado fragmentário da socialidade burguesa, o que se tem são produtores independentes permutando livremente seus equivalentes no mercado, reino da circulação. Entretanto, pela mediação do conhecimento histórico-empírico teoricamente disciplinado, o autor quer demonstrar como por trás dessa igualdade se esconderiam assimetrias de classe provenientes das condições de produção. Desde aí o capitalista é perfilado não como um frugal abstinente, entregue ao trabalho árduo, à disciplina e à poupança, mas como alguém que tem sua situação de classe decorrente das magnitudes acumuladas a partir de graus de exploração da força de trabalho, do resultado da soma entre capital investido e aquele usufruído, o montante empregado. O empenho do autor está em descortinar a natureza elástica do capital, sua capacidade de flutuar sobre a riqueza social, sobretudo com o advento da “grande indústria”, onde a concentração de meios de produção e a conexão com matérias-primas e elementos da racionalidade científica teriam potencializado um processo de trabalho mais intenso, maximizando a extração de mais-valia relativa, na roldana mesma do aumento da produtividade. No centro do argumento, a “lei geral da acumulação capitalista” é a expressão teórico-categorial de uma realidade que seria constituída na oposição, simultaneamente complementar, entre riqueza e pobreza. E esta é encontrada, em suas raízes, no enfrentamento entre trabalho vivo e a riqueza coisificada, isto é, riqueza não relacionada à fonte subjetiva do “trabalho vivo”.

Portanto, a “composição mesma do capital”, entende Marx, diz respeito ao epicentro das contradições que se rebatem perversamente sobre os trabalhos. Na composição do capital se ajustam capital constante e capital variável, meios de produção e forças de trabalho, além do valor desses fatores. O técnico e o orgânico se reúnem reciprocamente. Quanto mais se der a elevação da composição orgânica do capital — como que profetiza o autor —, de modo inversamente proporcional declinaria a absorção da mão de obra. Eis a situação que o “regime da maquinaria” instala. Definir-se-ia como tendência, a longo prazo, a formação de uma população cristalizada como reserva — “exército de reserva”. Marx detecta a contradição que traz o regime da grande indústria e da maquinaria, porque se este é capaz de viabilizar o pagamento dos salários, ao mesmo tempo encurta os “ciclos de expansão e retração”, volatibilizando o emprego. A premissa a ser demonstrada é a subordinação do trabalho às condições de valorização do capital; tecnificação e assalariamento consistem, logo, em feições histórico-lógicas do capitalismo industrial. É por isso que ele enxerga na polarização social entre burgueses e proletários o futuro lancinantemente conflituoso da

sociedade burguesa; afinal, esta teria o devir orientado à multiplicação do operariado. Nesse nível da análise em *O Capital*, o entendimento da “lei de população” — que a Marx se mostrava adequada — bate de frente com as asseverações malthusianas. Para o autor, são as variações mesmas nos ciclos produtivos do capitalismo que garantem sua reprodução sistemática. A acumulação se faz sempre na relação entre o “trabalho não-pago e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional.” Enfim, encerrados no círculo maldito de Sísifo, capital e classe trabalhadora se internalizariam em uma reciprocidade na qual a riqueza reitera a dominação e a pauperização.

No livro III, Marx se ocupa dos preços da produção com a finalidade de expor as condições postas à remuneração do capital. Embora seja uma dimensão importante da obra e, sim, de estreitos laços com os propósitos deste dossiê, apresentá-la não apenas extrapolaria nossos objetivos aqui, como ainda nos obrigaria a lidar com as controvérsias relacionadas a esse texto póstumo de Marx, cujo preparo da primeira versão esteve a cargo de Engels (HEINRICH, 2016, p.29-43). Por ora, vale destacar que o dado épico de *O Capital* oferece elementos nevrálgicos à teorização interdisciplinar sobre o capitalismo numa correlação metodológica estabelecida entre o espaço da fábrica, a subjetividade (relativa a determinada forma de consciência) e as relações sociais cujo padrão condiz com a antecedência gozada pela reprodução ampliada do próprio capital. O chão fabril, portanto, não é somente o anteparo físico das relações sociais. Ele consiste no marco espaço-temporal que torna emblemáticas tais relações na medida mesma em que as qualifica. Isso se torna viável por ser o cenário imediato da produção portador tanto da memória do transcurso das suas condições históricas e existenciais de possibilidades, quanto dos recursos (saberes e poderes) mediante os quais se forjam capacidades cognitivo-instrumentais. Igualmente, afetos são modelados delineando sentimentos e potenciais de ajuizamentos e gestos expressivos, enfim, modulando trajetórias biológicas em perfis sociopsíquicos.

EQUACIONAMENTOS E IMPASSES A PARTIR DA INTERAÇÃO SIMBOLICAMENTE MEDIADA

Vimos que a história em Marx corresponde à historicidade mesma da produção sobre a qual se fundam, na reciprocidade entre os homens, a sociedade e a estrutura que os controla. Se é exaltada a dimensão fabril onde se ressalta o dado criativo humano, um dos ingredientes estruturantes deixado em plano secundário ou mesmo negligenciado do modelo marxista fora, exatamente, o plano moral e comunicativo, aquele que Marshall Sahlins (2003, p.126-

165) denomina de razão simbólica. Por isso mesmo, em meados da década de 1960, parte Habermas — um herdeiro da herança do marxismo, pelo viés da teoria crítica da sociedade — da ênfase na ação comunicativa. Ele considera, de início, as dimensões crítico-argumentativa e normativa dos movimentos sociais deflagrados no seio de sociedades que passavam a ter no conhecimento um fator decisivo na geração de riquezas e na concessão de prestígio. No ensaio *Técnica e ciência como ideologia*, escrito durante a mesma década, o autor aponta os desdobramentos das transformações sociais que deslocavam as formas ideológicas do interior das classes e as transfere para o “fetiche da ciência” na contrapartida de uma produção de subjetividades calcada na desestruturação do superego, já que a tônica recairia sobre o corpo adaptativo, capaz de responder eficientemente aos estímulos externos, conservando-se porque se otimiza como instrumento de autossobrevivência. São destacados assim os papéis exercidos pelas novas tecnologias e pela reestruturação da produção, diante dos novos modos de regulação da produção de mercadorias. A coalizão entre capital e trabalho, operacionalizada pela mediação técnico-burocrática do ordenamento estatal do *Welfare State*, na sua conjugação à fase tardia do capitalismo de planejamento (ou “organizado”), tornaria possível que as prerrogativas do sistema de agir racional visando a fins se generalizassem, comprometendo todo quadro de valores da sociedade com o bem-estar material garantido pela otimização crescente dos recursos graças ao implemento técnico-científico.

Segundo o entendimento habermasiano, resulta que a contextura da comunidade moral, como pensada na totalidade hegeliana (*des Sittlichen*), em nada contribuiria à compreensão de um concerto em que as discrepâncias impingidas pelo sistema de carências perdem terreno na capacidade de fermentar conflitos, despojando a teoria do valor de Marx de base lógica e histórico-social. Arremata:

A dialética imobilizada do moral (*des Sittlichen*) gera uma aparência PECULIAR de pós-história. A razão disso é que o crescimento relativo das forças produtivas não representa mais *eo ipso* um potencial transbordante e rico em conseqüências emancipatórias, que pudesse romper as legitimações de uma ordem de dominação existente. Pois, desde agora, a principal força produtiva, o próprio progresso técnico-científico assimilado à administração, tornou-se fundamento da legitimação. Essa nova forma de legitimação perdeu, contudo, a antiga figura de *ideologia*” (HABERMAS, 1975, p.325 – em itálico no original).

O autor se refere à emergência de outra politização ancorada em novos agentes na cena social (negros, jovens, mulheres, homossexuais e outros) subprivilegiados no esquema

Estado e mercado organizado. Para o argumento habermasiano, o surgimento dessas zonas conflituosas não residiria na característica de exploração laboral, pois o sistema capitalista não se expandiria à base de tal procedimento. Entende ele que, situados para além ou aquém da estrutura de classes, tais nacos de protesto estão de antemão despossuídos de artefatos para elevar sua evocação à condição de ataque revolucionário, permanecendo no nível do apelo.

São justamente os agentes relacionados por Habermas que conferem, desde a década de 1960, outro formato ao debate ideológico, à medida que o conecta aos ajustes, agora manifestos, na esfera privada das sociedades modernas, e os mesmos deslocamentos estão sintonizados a fatores que problematizam a centralidade teórica e histórica da produção material. Com isto, acenam à ascendente importância dos temas do ócio e da economia dos desejos no contexto de uma civilização mundializada da mercadoria e das mediações sógnicas. Ao mesmo tempo, sobremaneira, ampliam as correlações nas quais o capitalismo se localiza. A perspectiva da pós-modernidade se mostrou perspicaz ao sugerir realinhamentos nos *status* de grupos sociais (nos planos étnicos, artísticos, da divisão do trabalho e outros), na esteira das transformações nas balanças de poder entre os agrupamentos anelados nas interdependências sociofuncionais, redimensionadas em escala transterritoriais e transnacionais, e que passaram a desafiar o plano conceitual e classificatório consagrado seja da sociedade do trabalho, seja da cultura eurocêntrica burguesa. Autores conservadores — como o sociólogo norte-americano Daniel Bell (1980) — foram mais sensíveis ao significado do movimento desses grupos e enxergaram nesse contexto o malogro das ideologias, já que o horizonte das esquerdas teria perdido a legitimidade de transformação social, no compasso tanto do declínio de uma sociedade fundada sobre a ética frugal do labor, quanto da emergência, sem precedentes, de condutas inspiradas na volúpia hedonista, herdada do modernismo estético.

As rotações históricas anotadas acima deixam ver o ingresso da questão da interação simbolicamente mediada no enfrentamento macrossociológico do tema da modernidade, cara à tradição de pensamento que se estende desde Hegel e da qual a sociologia se tornou importante vertente. Uma vez mais, coube a Habermas a execução da tarefa — ainda que não se possa isolar sua contribuição. Ainda no ensaio *Conhecimento e interesse*, editado em 1968 e posteriormente transformado em livro, o autor assinala seu compromisso com a tradição hegeliana-marxista da Teoria Crítica da Sociedade; entretanto vai divisar ontologicamente o homem enquanto gênero, descrevendo-o como trabalho e interação. Desse modo, embora reconheça o caráter umbilical do conhecimento com o interesse e este posto na relação direta

com a *práxis* ativada na história natural da espécie humana, Habermas advoga que o conhecimento transcende a autoconservação. Isto ocorre porque a própria natureza simbólica da linguagem, que faculta a memória mediante discursos públicos, impõe um deslocamento à libido, orientando-a para fins sociais, enfim, normatizando-a em favor de fins coletivos. De posse dessa concepção, na qual os fatores normativo-cognoscitivos desempenham notável papel na transformação social, o autor se oporá às teses de seus mestres frankfurtianos, ao encerrarem a racionalização numa filosofia da história articulando progresso e decadência na atitude dominadora devotada ao êxito. Sua conclusão é que os interesses constroem o conhecimento, mas o fazem na “mediação do trabalho, da linguagem e do domínio (poder)”:

Os pontos de vista específicos, mediante os quais concebemos a realidade de forma transcendentalmente necessária, definem três possíveis categorias de saber: a informação, que amplia nosso poder de manipulação técnica; a interpretação, que possibilita uma forma de orientação da ação; e a análise, que liberta a consciência da dependência de poderes hipostasiados. Tais pontos de vista emergem ligados a determinados meios do processo de socialização: trabalho, linguagem e poder. A espécie humana assegura sua própria existência num sistema de trabalho social e de autoafirmação violenta; a espécie humana herda por mediação da tradição formas de vida, comunica-se por intermédio da linguagem coloquial; assegura a identificação do indivíduo em relação às normas grupais, mediante a identidade do Ego. Desta maneira, o interesse, guia do conhecimento, determina a função do Ego no seu processo adaptativo às condições externas de existência que permeia sua formação no contexto comunicativo da vida social, construindo uma identidade oriunda do conflito entre as pretensões impulsivas e a coerção do social. Tais pretensões são sublimadas na força produtiva acumulada de uma sociedade, na tradição cultural com que a sociedade se autodefine e nas formas de legitimidade aceitas ou rejeitadas pela própria sociedade. (HABERMAS, 1975, p.299).

Nesses termos, a pauta central da preocupação sobre a racionalização converge para o tema weberiano das imagens de mundo, fundamentalmente da conexão de sentido entre o aparecimento das religiões mundiais dotadas de esquemas metafísicos e teodiceias justificadoras da distribuição do sofrimento no mundo e o processo de intelectualização/desencantamento racional do mundo, preparando o terreno para o delimitar de linhas autônomas de ação, dotadas de respectiva legislação própria e irredutível. O diagnóstico que Habermas propõe sobre o regime que impera nas sociedades industriais mais avançadas seria de um quadro institucionalizado de valores cada vez mais tributário do

modo como a racionalidade cognitivo-instrumental alcança primazia na correlação estabelecida com a sedimentação dos sistemas monetários e de poder como mecanismos de coordenação das práticas, deslocando as mediações possibilitadas pela linguagem não formalizada. A possibilidade desta interpretação é inarredável da iniciativa habermasiana de separar o agir instrumental vinculado aos sistemas de poder e técnicos do agir comunicativo, pois o último está pautado na interação mediatizada simbolicamente, regendo-se por normas com validade obrigatória e que consistem em anteparos à definição das expectativas de comportamentos recíprocos; logo é urgente que sejam compreendidas e reconhecidas pelos agentes da interação intersubjetiva (HABERMAS, 1975, p. 311).

São evidenciadas as bases teórico-filosóficas de uma sociologia que se debruce sobre o tema da reflexividade, notadamente se atendo ao modo como Habermas disponibiliza os alicerces subjetivos e intersubjetivos de uma dinâmica reflexiva, tematizando a própria compreensão individual e coletiva veiculada nos discursos públicos e agindo na evolução ontogenética humana, mas encontrando seu palco por excelência nos concertos das sociedades modernas. As identidades coletivas e individuais seriam, em tais arranjos, produtos de processos de entendimento filtrados nos procedimentos argumentativos crítico-dialógicos que assegurariam a racionalização das estruturas normativas.

Mas como se pode situar em termos sócio-históricos essa rotação teórico-analítica proposta por Habermas? Nesse sentido, retomamos as elaborações sobre o trabalho na sociedade pós-industrial defendida por Claus Offe. Por também serem herdeiros da tradição hegeliana-marxista e deterem uma notável contribuição analítica e interpretativa no que tange às transformações na sociedade industrial, à luz principalmente das interferências do Estado de bem-estar social europeu ocidental, os estudos desse autor sobre a temática da legitimidade desse ordenamento estatal de poder se fazem referências já sólidas na agenda para a teorização científico-social, em que o acento está posto nos conflitos e dilemas pós-materialistas experienciados e veiculados nos discursos públicos das sociedades modernas contemporâneas. É sintomático, a respeito, o rebuliço e o desconforto provocados na caserna das esquerdas marxistas quando ele alertou enfaticamente para a perda de centralidade da categoria trabalho na compreensão sociológica da modernidade tardia. De acordo com o autor, o que sedimentou o chamado período clássico da teorização sociológica se definiu pelo lugar nevrálgico do trabalho no empenho analítico sobre os princípios formativo-estruturais da sociedade. Entende ele que, averiguando as hipóteses e pontos de vista relevantes para as ciências sociais contemporâneas, salta aos olhos a seguinte conclusão:

O trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção *não* são tratados como o princípio básico da organização das estruturas sociais; que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como emergente dos conflitos a respeito de quem controla a empresa industrial; e que a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos através da racionalidade capitalista industrial *não* é compreendida como forma de racionalidade precursora de mais desenvolvimento social. (OFFE, 1995, p.171).

Ilustra a ideia lembrando que, enquanto na década de 1950 preponderava nos estudos sociológicos alemães a preocupação com a situação do trabalhador industrial e a partir daí a proposta estava em deduzir o devir tanto da organização do trabalho quanto da orientação sociopolítica da classe obreira, as pesquisas na década de 1980 enfocavam as ações “humanizadoras” sobre o âmbito do trabalho das agências vinculadas ao Estado e das políticas sociais e trabalhistas. Vê-se, insiste o sociólogo, o deslocamento imposto à esfera do trabalho, na medida em que a apreende externamente constituída. Nesse diapasão, a sociologia industrial se restringe a uma subespecialidade da pesquisa política aplicada (OFFE, 1995, p.171-72). A importância crescente adquirida pela sociologia da vida cotidiana — conclui — revela a outra face do descentramento do trabalho nas sociedades democráticas industriais. As bases das experiências e os núcleos irradiadores dos conflitos avultados no plano laboral passariam a ser perscrutados em áreas fora das instalações fabris, por exemplo.

Atentava Claus Offe ao fenômeno curioso que se instaura: a vertente mais conservadora da sociologia desde os anos de 1970 se ocupava dos modelos sociais centrados no trabalho, na renda e nos critérios de racionalidade produtivista; segmentos inscritos no materialismo histórico ou facções à esquerda, como os autores contemporâneos da Teoria Crítica, herdeiros da Escola de Frankfurt, à maneira de Habermas, aferravam-se à defesa do “mundo da vida” frente às imolações deste último pelo avanço dos sistemas de poder e dinheiro. Tais reorientações analíticas portam, assim, ajustes na compreensão do objeto científico-social, pois caem em aporias os marcos conceituais fundamentados na tarefa sociológica de configurar o social partindo do núcleo dinâmico e estrutural apreendido no encadeamento entre trabalho, produção, relações de propriedade e cálculo econômico racional. Examinando a heterogeneidade empírica própria ao mundo do trabalho, Offe aponta para a diferenciação nela em curso e como esta ultrapassa a ideia mesma de divisão social do trabalho; afinal, o qualificativo empregado pouco informaria sobre a identidade de um sujeito. Para o autor, a expansão mesma da atividade assalariada teria estiolado o caráter heurístico da categoria, fazendo-a rasa diante da profusão dos teores das atividades, dos

interesses, estilos e padrões de vida dos seus artífices. Ao sabor da pluralidade que invadiria a esfera do labor, a tentativa de alguns intérpretes sociológicos de insistirem no olhar homogeneizador, recorrendo à classificação genérica trabalho, resultaria na transformação da categoria em algo abstrato, para simples finalidades estatísticas.

Olhando retrospectivamente, Offe conclui que talvez o próprio capitalismo, na fase heroica do industrialismo, tenha contribuído para a tremenda concentração de mão de obra, possibilitando análises como as de Marx, em grande medida balizada pelos efeitos da estandardização organizacional da produção sobre a solidariedade vindoura e robusta entre os trabalhadores. No entanto, acentua, a mobilidade vertical e os remanejamentos horizontais teriam sempre imposto confrontos de interesses entre os assalariados. A diferenciação que redundava fere a identidade coletiva formada a partir do trabalho remunerado, inviabilizando este como um fator de comunhão, capaz de favorecer a unidade política e cultural. As clivagens ganharam fôlego, a ponto de, na década de 1970, as rupturas comparecerem no campo analítico-sociológico seja nos estudos sobre trabalho, seja naquele da estratificação e, ainda, no dedicado às classes sociais. Começou-se desmembrando mercado de trabalho primário e secundário, internos e externos. Em seguida, ganhou nitidez toda uma produção de bens e serviços implementada fora do guarda-chuva institucional da contratualidade formal, em áreas domésticas ou abrigadas em instituições compulsórias como exércitos e presídios ou naquelas zonas ilegais, mesmo criminosas. Mais tarde, os sociólogos marxistas investiram na hierarquia da divisão vertical apartando os trabalhadores assalariados dos inseridos nas posições de classe “intermediárias” ou “heterogêneas”, cujo vínculo salarial está referido à autoridade formal (cargos de chefia, por exemplo). Por fim, a sociologia especializada constatou as diferenças formais entre o trabalho “produtivo” e os “serviços” (OFFE, 1995, p.177-78).

Dando ênfase a esta última segmentação, Offe avalia o deslocamento qualitativo imposto pelas atividades de serviço, porque demanda algo mais que o atendimento da escassez pela competência técnica: exige a atitude reflexiva, ou seja, que o trabalhador esteja apto para processar e manter o próprio trabalho, atuando decisivamente sobre a normalidade e ordem da atividade. Tratar-se-ia, portanto, da tarefa fundada em uma racionalidade não redutível ao princípio estratégico-econômico, em que prevalece a esfera instrumental-cognitiva, tendo em conta a emergência de outro liame de orientação e justificador das condutas. Este último seria imprescindível ao uso permanente e ajustável do próprio desempenho, considerando a heterogeneidade das condições e os riscos inscritos nas especificidades dos casos. Mais importante: o despontar dessa racionalidade pragmático-

operacional, para além do desnudamento das limitações da racionalidade instrumental, acenaria com a alternativa de outra lógica social. Cabe retomar as projeções do sociólogo:

A ambivalência e a independência desse tipo de trabalho social resulta do fato de ele ser um “corpo estranho” indispensável. Ele assegura e padroniza as precondições e os limites de um tipo de trabalho ao qual ele próprio não pertence. Ao mesmo tempo em que funciona como um “sentinela e regulador” (Marx) do trabalho e do processo de valorização, ele é parcialmente isento da disciplina imediata de uma racionalidade social consumista e de suas respectivas limitações de realização e de produtividade. Como um agente da sintetização consciente dos serviços e processos sociais, o trabalhador da “nova classe” de serviços desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em nome dos critérios de valor substantivos qualitativos e “humanos”. Nas sociedades “pós-industriais” a subdivisão de “trabalhadores como um todo” em “produtores” e “produtores de produção”, portanto, não prejudica simplesmente a unidade estrutural do trabalho social e sua racionalidade dominante. Ela desafia também os critérios de racionalidade que guiam (e possivelmente limitam) a troca com a natureza mediada socialmente. Essa linha de conflito é evidente, hoje em dia, em várias tensões culturais e políticas entre os trabalhadores do setor público (e parte do pessoal de serviços do setor privado) e os protagonistas do modelo da sociedade do trabalho pertencentes à velha classe média e à classe operária industrial. (OFFE, 1995, p.181).

Não resta dúvida de que, ao cimentar os elementos que estariam compondo o cenário multidimensional da sociedade moderna, no que concerne ao plano interno do trabalho, o autor vai na contramão das acusações de características nitidamente conservadoras, como as de Daniel Bell (1976), contra o “hedonismo” das classes médias emergentes, empregadas nos setores de serviços. Expõe o que, a seu ver, corresponde ao declínio do *ethos* norteador da conduta laboral, nos termos weberianos, da conduta frugal baseada na profissão como missão (vocação), pelo redimensionamento da atuação desses agentes de atividades que, ao serem reflexivos, colocam em tela e em suspenso a própria convicção dessa centralidade do trabalho, enquanto ordem e normatividade. Ora, argumenta Offe, essa corrosão moral do trabalho se daria também pela desumanização, quer dizer, pelo escoamento da natureza subjetiva da produção efetivada com o ingresso sempre maior das atividades nos esquemas racional-disciplinadores, seguindo diretrizes como a taylorização e atendendo aos critérios da economia de escala. Contribuiria, ainda, o esfacelamento do arranjo vivencial e das sociabilidades do trabalhador — suas esferas de existência estariam cada vez mais cindidas

(lar, diversão, educação e as instâncias coletivas intrínsecas ao emprego). Por sua vez, assinala, as tentativas de remoralizar o trabalho, mediante o aumento no poder de renda, frequentemente sublinham prerrogativas individualistas e privatizadoras, em lugar de fortalecer o sentimento de bem-estar coletivo. Além disso, o incremento do poder de compra conteria questões dramáticas referentes aos desequilíbrios ambientais e à própria alienação do trabalhador em relação aos resultados dos seus esforços. Enfim, Claus Offe entende que a “crise da sociedade do trabalho” deságua nos rumos da sociedade capitalista industrial, conduzida por um Estado de Bem-Estar social sofisticado, o qual teria atuado tenazmente no deslocamento de parcelas cada vez maiores da força de trabalho social da esfera do trabalho assalariado.

Uma pergunta sintonizada aos nossos objetivos neste dossiê é: se alterados os suportes que dispõem o trabalho como alavanca material e simbólica da modernidade, em que pé fica a discussão sobre a objetivação das intenções? A nosso ver, em vez de seguir no debate sobre a descentralização da categoria trabalho, importa vasculhar tentativas de equacionamento teórico-analítico de questões contemporâneas postas à objetivação humana. Assim, frente ao amplo leque de possibilidades de abordagens e, sobretudo, à luz de o quanto se faz decisivo enfocar o capitalismo por suas localizações, a seguir iremos priorizar duas vertentes: de um lado, aquela que envolve as discussões sobre lutas pelo reconhecimento que reclamam a importância da questão distributiva e, assim, reivindicam o lugar da moralidade no conhecimento e interpretação do arranjo capitalista; de outro, concentrando-se nas condições de recepção do *status* de universalidade que Habermas confere aos desempenhos performativos mediados pela linguagem, examinamos alguns trajetos ocupados da sintonia entre informação e capital. A pedra de toque da excursão para um e outro trajeto intelectual, por certo, obedece ao objetivo de cercar os elementos postos ao entendimento do contingenciamento das coordenadas estruturais capitalistas.

A MORALIDADE – ENTRE O UNIVERSAL E A CONTINGÊNCIA

Consideradas as contribuições de Horkheimer, Adorno e Marcuse sobre o fenômeno da “ideologização total”, a defasagem fundadora da consciência crítica teria chegado ao seu termo, já que sujeito e objeto estariam fundidos. Para Horkheimer (1976, p.11-17), trata-se do grau mais elevado do primado de uma “razão subjetiva” que incorpora a pluralidade do mundo à lógica abstrata dos mecanismos do raciocínio e que seria movida pelo princípio de unificação quantitativa dos meios e fins, a despeito dos conteúdos específicos. E, no plano

interno do sujeito humano, ocorreria a subordinação da natureza biológica e psíquica aos desígnios da matematização da consciência. Adorno (1982), ocupado da questão estética, refere-se à perda de dignidade do objeto pela imposição da funcionalidade montada em que o todo usurpa às partes a diferença que lhes é inerente, o que implicaria o extermínio das mediações, historicamente tecidas nos processos sociais entre particular e universal. Mostra-se por si mesma a armadilha da qual a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em sua concepção melancólica, se faz vítima. Se a ação racional é despojada de qualquer possibilidade de emancipação, ela sucumbe na reprodução da estrutura, na qual o privado impõe-se ao coletivo de modo totalitário, absoluto. Diante desse diagnóstico, já se tornou lugar-comum dizer, mas vale reiterar: os proponentes desse pensamento teriam inviabilizado as condições à crítica inscrita nas suas análises da contemporaneidade.

Os impasses deixados à “filosofia social” pelas aporias dos mestres frankfurtianos motivaram alternativas, por exemplo, na adoção por Habermas (2012) do projeto intelectual-político da teoria da ação comunicativa. A aposta habermasiana está no desbloqueio da aspiração emancipacionista interna ao projeto iluminista de modernidade à medida que, cumprindo o programa de pesquisa evolucionário histórico-social no qual duas formas de racionalidade se delineiam na experiência humana — uma orientada ao entendimento e a outra ao controle da natureza —, interroga-se o trio Adorno, Horkheimer e Marcuse, quando estes enxergam na tônica depositada no agir instrumental a contrapartida do domínio exercido pelo capitalismo administrado. Sabemos que a saída adotada por Habermas se centra no lugar estratégico conferido à semântica pragmática com a finalidade de enfatizar a ação orientada para o entendimento na coordenação das condutas, sendo responsável pela reprodução simbólica da sociedade. A centralidade da busca pelo entendimento deixa ver o quanto a dinâmica crítico-dialógica e argumentativa da teoria da ação comunicativa atende à aspiração de se construírem consensos mediante sucessivas terapias linguísticas obedientes à moção normativa de viabilizar situações ideais de fala, pela perspectiva aberta com a pragmática formal.

Na tese em filosofia *Crítica do Poder. Estágios da Reflexão de uma Teoria Social Crítica* (Kritik der Macht. Reflexionsstufen einer kritischen Gesellschaftstheorie), defendida na Universidade Livre de Berlim, em 1983, Axel Honneth (1988), volta sua reflexão à tradição da Teoria Crítica da Sociedade, na qual ele se inscreveu, primeiro, como assistente de pesquisa do mesmo Habermas, na Universidade de Frankfurt, entre 1984 a 1990. Desloca-se para Paris, onde se integra à equipe do sociólogo Pierre Bourdieu. De volta à Alemanha, em 1996,

substitui o mestre e, em 2001, assume a direção do Instituto de Pesquisa Social. A edição do livro *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, a partir da sua tese de livre-docência, o consagra entre os nomes mais significativos do pensamento social contemporâneo.

Já durante a elaboração da tese de doutoramento, Honneth acusou o “*déficit* sociológico” para ele existente na teoria crítica. Ainda que reconheça a contribuição de Habermas em retomar o traço transformador do agir comunicativo, sua reclamação está dirigida ao formalismo da concepção de sociedade que se estende ao longo dessa tradição político-intelectual, desde 1930 — concepção que deixaria de considerar como a ação social medeia a oposição entre estrutura econômica dominante e socialização de indivíduos. A seu ver, a proposta habermasiana incide no mesmo “pecado” ao tomar como fato a distinção dual entre “sistemas” e “mundo da vida” e deixar a descoberto as bases da busca pelo entendimento, relegando o quanto a dinâmica comunicativa intersubjetiva é atravessada e constituída, estruturalmente, pelas contradições que fomentam conflitos expressos em lutas sociais. Mais ainda: para Honneth, ocorre certa idealização do plano sistêmico; afinal Habermas não contemplaria os efeitos dos conflitos sobre a continuidade dos sistemas movidos pela lógica instrumental.

Justamente, em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, Honneth aprofunda as bases do seu projeto filosófico-normativo dedicando-se a resgatar a condição estruturante dos conflitos sociais, considerados, portanto, inegociáveis no tratamento das dinâmicas intersubjetivas comunicativas. Para isso, à luz da problemática em torno da luta por reconhecimento, ele concede *status* de objeto à correlação entre conflito e identidades pessoal e grupal. Nesse sentido, a reconstrução teórica realizada ao longo do livro procura estar próxima da dimensão empírica onde se desenrolam os conflitos; assim, toma-se o desenvolvimento social pela prioridade dada aos conflitos relativos aos episódios de desrespeito social em que são afetadas diretamente identidades de indivíduos e/ou grupos, pois neles o acionamento de esforços por reparos estaria movido pela combustão moral.

No prefácio do livro, Honneth esclarece como a inspiração hegeliana de desenvolver o problema da luta moralmente motivada na fundamentação da teoria social se relacionou aos avanços que ele identifica na contribuição dos escritos históricos inscritos na análise dos discursos de Michel Foucault à teoria crítica da comunicação. Desse modo, o autor alemão dedica toda a primeira parte do livro à reconstrução dos escritos do jovem Hegel no tempo em que esteve em Jena e aí esboçou o modelo conceitual de “luta por reconhecimento”. Porém, ele detecta nas implicações idealistas o empecilho à adoção das

formulações hegelianas em um contexto pós-metafísico. A saída que encontra é recorrer, durante a segunda parte da obra, ao psicólogo Georg Herbert Mead com a finalidade de averiguar as potencialidades de uma teoria da intersubjetividade ancorada em premissas passíveis de serem empiricamente situadas, mas a partir do conceito de pessoa para o qual a aspiração de autorrelação dependeria das formas de reconhecimento respectivamente referentes ao amor, ao direito e à estima. O caminho expositivo-analítico trilhado culmina na delimitação da concepção de teoria crítica da sociedade cujo foco está na explicação dos processos de mudança pelo viés das “pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2003, p.24). Explorando essa ideia de teoria crítica, o livro é encerrado cruzando intervenções de diferentes autores visando discernir subsídios à formulação de um modelo analítico de conflito. E, construído o modelo, o autor o aplica ao vasculhar o significado histórico das experiências de desrespeito. O resultado da aplicação se revela na ampliação do próprio modelo, agora transmutado no esboço de uma interpretação crítica dos processos de desenvolvimento histórico calcada no conceito de eticidade oriundo da teoria do reconhecimento.

Intitulada “Perspectivas de filosofia social: moral e evolução da sociedade”, a terceira parte do livro apresenta a síntese teórica na qual o autor se empenha no sentido de realizar o programa metodológico de uma fenomenologia empiricamente controlada. Tendo por meta explorar cabalmente a intuição acerca da “infraestrutura” moral das interações, ali se cumpre o propósito de expor o argumento de que as lutas por reconhecimento constituem força moral cuja motricidade é propulsora do desenvolvimento progressivo da realidade social da humanidade. E, nesse sentido, essa parte da obra contém os elementos-chave para a composição diretiva de uma teoria crítica. Logo se descortina o núcleo do seu esforço: fundamentar as formulações originárias de Hegel canalizadas para o conceito de luta por reconhecimento no escopo de uma “concepção formal de eticidade na qual as condições intersubjetivas da integridade pessoal são interpretadas como pressupostos que servem, tomados em conjunto, à finalidade da autorrealização individual” (HONNETH, 2003, p.228).

Diante dessa intuição sobre a “infraestrutura” moral das interações, mas com olhos voltados às contribuições de Durkheim, Tönnies, Weber e Simmel, o autor deixa patente sua insatisfação com o percurso da teorização sociológica. Desde a implantação da sociologia acadêmica, para ele se teria negligenciado o caráter central da moralidade nos enfrentamentos sociais e, também, o peso desses fenômenos nos processos socializadores. Isto se teria dado

em favor dos embates movidos pela realização de interesses, ou seja, de condutas relativas a contradições e conflitos deflagrados pela busca de meios propícios à autoconservação. Ainda que encontre vestígios de atenção à dimensão moral das lutas sociais entre sociólogos da Escola de Chicago, em razão do peso do pragmatismo, não hesita em refazer seletivamente o trajeto pós-hegeliano percorrido por Marx, Sorel e Sartre visando, a um só tempo, demonstrar como nesses pensadores se mantiveram incompletos e submersos os fundamentos normativos de uma teoria social comprometida com os sentimentos morais de injustiça social referidos a episódios de desrespeito. No limite, a correção proposta por Honneth visa garantir a precisão semântica da ideia de luta, pois esta última só poderá ser assim denominada na medida em que os objetivos que movem os contenciosos avancem bem além das intenções individuais. A seu ver, em plena sintonia com o legado hobbesiano da autoconservação, a ideia de interesse subordina os programas dos movimentos sociais às prerrogativas egoístas do individualismo.

Constatado o açodamento da teoria sociológica clássica no momento em que se caberia aprofundar a dimensão moral das lutas sociais, Honneth procura reencontrar atualizações daquela linhagem pós-hegeliana contida no pensamento vinculado ao horizonte político-ideológico das esquerdas na historiografia que articula insumos da antropologia social àqueles da sociologia da cultura. Enfim, o tratamento etnográfico (no caso de etnografias históricas), mobilizado no rastreamento dos condicionantes normativos das experiências cotidianas de comunidades subalternas, estaria complementado pela injunção analítica de se ater às formas de significação e às práticas significantes em que os mesmos condicionantes são exercitados. Ao mesmo tempo, esse recurso aos resultados provenientes de trabalhos de E. P. Thompson, Barrington Moore e Andreas Grisfinger visa garantir controle empírico à tentativa de correlacionar processos singulares à processualidade evolutivo-desenvolvimental, cujos rastros deixariam ver a lógica universal da ampliação das relações de reconhecimento. Portanto, tal cruzamento é interno à realização do modelo interpretativo adotado e tem por núcleo heurístico os processos de aprendizado moral que viabilizariam tanto a diferenciação dos diversos padrões de reconhecimento quanto a liberação dos potenciais inscritos nessa mesma diversidade. E, assim, referido cruzamento permitiria estabelecer uma escala de níveis de reconhecimento, mas destacando suas respectivas estruturas, as quais resultariam das lutas sociais.

A essa altura adquire maior nitidez o ponto de vista normativo acerca da concepção formal de eticidade almejado pelo autor. Afinal, desvela-se o propósito de “descrever a história das lutas sociais como um processo” gerenciado por um “estado último preliminar”,

capacitado na “classificação e avaliação dos fenômenos particulares.” (HONNETH, 2003, p.269). O estado último diz respeito ao equacionamento dos impasses gerados pela dificuldade em compatibilizar expressões axiológicas substanciais, expressas na ideia de *ethos*, e o universalismo moral proveniente do imperativo categórico kantiano comprometido com a liberdade individual. A ideia reformulada de eticidade em Honneth pretende, justamente, superar essa mútua incompatibilidade no instante em que reitera a centralidade histórica e existencial da universalidade da autonomia humana, mas sem renunciar ao ideal de autorrealização (HONNETH, 2003, p.271).

Uma tarefa à pesquisa empírica e ao esforço conceitual permanece, então, em aberto, a saber, o retorno ao contingenciamento da moção normativa da universalidade da emancipação humana, ao contracenar com as múltiplas e diversas implicações de autorrealização dos indivíduos relativas a contextos sócio-históricos precisos. O ponto a ser elucidado compreende as maneiras como as disparidades distributivas associadas, nestas localizações, a diferentes tensionamentos provocados pela apreciação ou depreciação do *status* de pessoas e grupos sócio-humanos incidem no alcance das prerrogativas morais transcendentais a esses contextos imediatos. Mas estes últimos, igualmente, são imolados pelas reivindicações e lutas nas quais se fazem recíprocas respeito moral e acesso paritário a recursos aptos a garantir autoconservação e dignidade.

OS LUGARES DA ECONOMIA SIMBÓLICA

Para reaver a tônica habermasiana no agir comunicativo, a importância obtida pelo manejo com os signos, nas dimensões da razão prática e epistêmica (HALL, 2003), ocorreu na caudal do reconhecimento desse agir como um incontornável fator estruturante do comportamento humano, justamente por se evidenciar como recurso constituinte das subjetividades e de montagem contínua de cenários de interação sócio-humanos. Para evitar, contudo, a naturalização da dimensão simbólica, é preciso tanto intuir a redefinição da esfera cultural enquanto historicamente capacitada ao trato com os símbolos quanto perscrutar quais interfaces contribuem a essa transformação institucional e quais seus efeitos nas propriedades psíquico-efetivas dos agentes. Poderíamos supor que a esfera cultural guarda do período heroico nacional o critério de uma universalidade, que se funda sobre o direito à igualdade, mas, concomitantemente, potencializa da herança nacional o apelo reflexivo ao particular na invenção e ressignificação de móveis étnico-históricos. No entanto, um dos

traços do presente está na desconexão entre a esfera cultural e a da política, mais precisamente do Estado nacional. Outra faceta tão importante é a aliança cada vez maior daquela esfera com os imperativos da economia de mercado, no estágio que tem hoje no registro do entretenimento seu aporte de maior ressonância (FARIAS, 2014). No entretenimento, as agências e instituições engrenadas à economia de base informacional vinculada às tecnologias de comunicação e aos aportes financeiros e imobiliários absorvem legitimidade (LASH E URRY, 1994). Para esse concerto confluem, ainda, o rebatimento mercantil tanto sobre o espaço em suas dimensões geográficas e arquitetônicas, quanto na ressignificação do patrimônio étnico-histórico composto de expressões em que se atualizam as memórias coletivas e são condicionadas as expressões individuais.

As propriedades de tal sinergia, por sua vez, revelam permutas em níveis sistêmicos distintos de agregação e complexidade, os quais — na ausência de melhores termos — podemos denominar de “globais”, “locais” e “nacionais”. A expansão formidável das redes tecnológicas informacionais e telemáticas atravessa cada um desses níveis e o coloca em conexão a partir da sintonia sócio-histórica estabelecida entre o imperativo da funcionalidade/eficiência comunicativa e a lucratividade do capital, na fase da sua concentração no setor de serviços, principalmente nas áreas financeira e da comunicação. As narrativas sobre a globalização arrolaram, em particular, nas últimas duas décadas, o imperativo da desconexão entre mercado e a geopolítica circunscrita ao território do Estado nacional. Tais narrativas ilustravam, ainda que de maneira cifrada, os contornos de uma cena mundial em que as linhas de comando faziam contracenar sempre mais os conglomerados vertical-horizontais do capitalismo transnacional e as agências trilaterais — Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), além dos agentes do sistema interestatal. A geopolítica em questão reúne tensamente a unificação dos mercados e o descentramento das forças sociais da globalidade⁴, tendo por anverso novas fórmulas centrípetas, para as quais a constituição de blocos regionais corresponde também a tentativas de integração jurídico-econômica e sociocultural.

Nesse nível de integração e coordenação pós-nacional das relações sociais, em contrapartida às formas globais de governança, a escalada planetária dos remanejamentos no perfil da acumulação do capital se faz em mútuo engendramento com a intensificação de trânsitos de pessoas, ideias, tecnologias, símbolos etc. Além disso, dita escalada contracena com heterogêneos meios de sobrevivência inscritos em também diversos modos

⁴ Vale a pena ver também as excelentes contribuições de Ulrich Beck (1997) sobre a globalização, no sentido aqui referido.

sociossimbólicos de existência (HARVEY, 1992). Na esteira de uma acumulação do capital definida pela flexibilidade em compor com as diversidades étnico-históricas, dá-se a difusão de estratégias e táticas de inserção e diferenciação.

O campo do pensamento social tem lidado, nas últimas décadas, com os efeitos cada vez mais visíveis e de maior impacto da triangulação entre produção de subjetividades, entretenimento e cultura de consumo. As formulações de Guy Debord sobre “sociedades nas quais reinam modernas condições de produção como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13) — pelo fato de estarem tais sociedades caracterizadas, segundo ele, pela “especialização das imagens do mundo”, na contrapartida de um mundo da “imagem autonomizada” (DEBORD, 1997, p. 13) — deixaram por legado intelectual a possibilidade de reconhecer no universo contemporâneo do consumo (sobretudo o consumo cultural) uma nova figuração da lógica de acúmulo de excedentes visando à remuneração do capital, mas agora articulada à definição de um mercado do sentido.

As pesquisas e reflexões de Frederic Jameson são de particular interesse aqui, porque antecipam o que ficou conhecido como “virada cultural” nos debates da teoria social sobre as condições contemporâneas, por volta da década de 1980. Atento à percepção legada por Debord, o crítico cultural estadunidense soube fazer a mediação entre a teoria do simulacro de Baudrillard e a tradição alemã da crítica da cultura moderna — com sua versão para a teoria do fetiche da mercadoria, em Marx, no que concerne à contribuição de Lukács e Adorno ao tema da reificação, isto é, a discussão acerca da subsunção de todos os âmbitos da vida humana à mercantilização. Desse modo, a obra do autor oferece um quadro conceitual e analítico heurístico no momento em que procura distinguir a fase modernista — em que se poderiam ainda identificar defasagens (o inconsciente e a natureza, ou a produção cultural e estética, além da agricultura) — daquela identificada à pós-modernidade. Nesta última fase, toda a área cultural implica a

(...) supressão de tudo que esteja fora da cultura comercial, a absorção de todas as formas de arte, alta e baixa, pelo processo de produção das imagens. Hoje, a imagem é a mercadoria e é por isso que é inútil esperar dela a negação da lógica de produção de mercadorias. É também por isso que toda beleza hoje é meretrícia e que todo apelo a ela no pseudoesteticismo contemporâneo é manobra ideológica, e não um recurso criativo. (JAMESON, 2001, p. 142).

Na observação das teses de Ernest Mandel (1985), Jameson é conduzido ao entendimento de que a atual dinâmica do capitalismo multinacional consiste numa “terceira etapa da acumulação”. Essa etapa, descolando-se da mais-valia recolhida na força de trabalho concentrada nos pátios produtivos das fábricas, abrigar-se-ia sobretudo nos serviços, onde o capital financeiro e seus encadeamentos com a esfera das imagens são entronizados. O que denomina de formações imaginárias e dos sentimentos “pós-modernos” diz respeito ao expressivo papel alcançado pela cultura por estar acoplada ao intenso flutuar dos signos, sob os desígnios de uma economia calcada nos desejos e a serviço da cotidianização do espetáculo (“estetização”)⁵. A expressão da hegemonia burguesa em escala planetária estaria, portanto, na entrega ao lazer como uma postura “narcísea”, agora elevada a padrão comportamental (JAMESON, 1991, p. 19). O trançado distintivo desse “capitalismo mundial” se deixaria ver nas propriedades em que a “saturação por mercadorias e extraordinária simultaneidade informacional pós-geográfica e pós-espacial” colocam em mútuo engendramento sentimentos e aportes tecnológicos (JAMESON, 1995, p. 71).

De acordo com o autor, pode-se descrever a topologia do “hiperespaço” contemporâneo pós-moderno com a imagem de conteúdos que são fragmentos fantasmagóricos de uma totalidade abstrata. Na topologia das relações aí estabelecidas, as partes nada mais seriam do que aparições fluidas de uma unidade que não as alcança e que corresponde ao inventário da ruína. Ou seja, as partes seriam como fragmentos de um espelho que, ao luzirem, demonstrariam sua própria impossibilidade de se relacionar ao todo e, portanto, sua ausência de dignidade. Ao mesmo tempo, sobressairia o arbitrário de um todo que não se realiza enquanto completude, na mediação das partes. Logo, o crítico estadunidense enfatiza a pós-modernidade como esta “sintomatologia” do que denomina de “um outro estágio da abstração, qualitativa e estruturalmente distinto do anterior”, embora reconheça, na originalidade histórica do presente, a característica de aprofundar, sem precedentes, o movimento de colonização do mundo pelo modo de produção capitalista. No estágio pós-moderno, a propensão abstracionista do valor de troca (subsumindo as diferenças ao termo comum da equivalência universal) encontraria seus traços heurísticos na inflação da produção cultural e do consumo de massa, por serem a um só tempo econômicos e simbólicos, na contrapartida da globalização e da proliferação das novas tecnologias de informação, complementando a generalização do mapeamento mercantil do mundo. Nesse

⁵ Nesse sentido, a análise de Richard Sennett (2015) sobre a política como consumo é bem instigante. Para ele, nos tornamos consumidores dos episódios da política e cada vez mais dependentes e influenciados por eles.

sentido, segundo o autor, o mapeamento cognitivo e a estrutura de sensibilidade articulada à lógica pós-modernista estão “sobredeterminados” pelo conteúdo da acumulação hodierna do capital; ao mesmo tempo, esta última apenas se faria legível no arranjo ideológico do pós-moderno.

Para Jameson, a dimensão do espaço se acentua na era pós-moderna por se tratar dos efeitos gerados pela aceleração do ritmo da “desterritorialização”, a qual Gilles Deleuze e Felix Guattari (1976) identificaram como nodal ao capitalismo. Os pensadores franceses supunham que a direção inversa à desterritorialização estaria na “recodificação”, visando reinstaurar localmente arranjos ontológicos. Ao contrário, Jameson sugere uma sutura geral; ou seja, a própria abstração pós-moderna, enquanto hiperespaço contextual das trocas de mercadorias, leva à desmaterialização total dos territórios, “com mensagens que passam instantaneamente de um ponto nodal ao outro por tudo o que antes chamávamos de globo, o antigo mundo material” (JAMESON, 1995, p.164). Realizada a colonização, a história sucumbiria como nostalgia mediante esse universal desértico espacial, restando apenas a intensidade das imagens no seu fluir afobado, ao se oferecerem num precipitar suicida de novidades, em uma irrupção que logo culmina em repetição:

(...) Que tipo de presente perpétuo é esse, como é possível separar a atenção às persistências do mesmo choque de diferença visual que tem como função certificar a novidade temporal? A metamorfose — como uma variação violenta e convulsiva e, ainda assim, estática — certamente nos oferece uma forma de manter o fio do tempo narrativo ao mesmo tempo em que nos permite desconsiderá-lo e consumir a plenitude visual no instante presente, no entanto também representa o conteúdo monetário abstrato, o universal vazio incessantemente preenchido com novos conteúdos mutantes. E no entanto esse conteúdo é pouco mais que uma plenitude de imagens e estereótipos: a transformação criativa não de riquezas em folhas mortas, mas antes de banalidades em formas visuais elegantes que se oferecem conscientemente ao consumo visual (JAMESON, 2001, p. 167).

O suporte de toda a argumentação de Jameson reside na certeza quanto ao entrecruzamento do capitalismo global com a tecnologia informacional-comunicativa. Esse seria o fator infraestrutural que vaza e desterritorializa o conjunto do planeta, absorvendo os teores étnico-históricos como matérias-primas para a acumulação redimensionada do capital. Assim, no seu discurso prevalece um modelo estrutural segundo o qual o espetáculo consiste numa “lógica cultural” — gramática ideológica do capitalismo tardio, cuja disseminação se dá à maneira de uma totalização histórica contemporânea. Na análise do autor estadunidense, as fichas analíticas são depositadas na aposta sobre a disseminação unilateral dessa lógica. No

entanto, permanecem anódinos na interpretação jamesoniana dois elementos decisivos para a compreensão do *status* adquirido pelos bens culturais. De um lado, sabemos pouco como tais artefatos significam; por outro, ao se constituírem no suporte de legibilidade do domínio mundial do capital, como este último obtém inteligibilidade e como se concretiza um êxito ideológico do fechamento de um horizonte de sentido?

Ora, no curso do mesmo período e contexto levado à condição de objeto por Jameson, a discussão sobre a cultura atenta cada vez mais para os usos, as práticas, as experiências e as narrativas (e suas correções), tendo em vista situar os protocolos contemporâneos da expansão capitalista. Com isso são priorizados nas análises os estilos, as tradições e retradicionamentos, patrimônios material e imaterial, culturalização da economia e economia da cultura, diversidade dos modos de vida e complexidade, global-local, trânsitos, hibridismo, multiculturalismo e “guerras culturais”. Em tais remanejamentos textuais, os feixes discursivos dispõem outras empiricidades e positivities elevadas a alvos de investimentos cognitivos. Sobressaem processos nos quais se reacomodam instâncias de legitimação e reconhecimento da cultura, agora e cada vez mais ancoradas em outras bases institucionais — indústrias criativas, biotecnologias, biodiversidades, pirataria étnico-digital, entretenimento-turismo e móveis étnico-históricos e, ainda, circuitos de prestação e consumo de práticas sexuais.

A DISCUSSÃO NOS ARTIGOS DO DOSSIÊ

O conjunto de textos reunidos nesse dossiê dialoga com os contingenciamentos contemporâneos à coordenação capitalista em escala planetária, tal como descritos nos dois últimos itens acima desta apresentação. São oito artigos que, a seu modo, abordam a problemática segundo perspectivas que lhes são próprias.

Assinado por Uwe H. Bittlingmayer, Omar Khaled Sahrai, Stephanie Harsch, Asadullah Awid e Diana Sahrai, *Capitalismo situado no Afeganistão* responde a uma dúbia finalidade. Ante a ausência de formulações teóricas, porque faltam mesmo dados sociométricos melhor consolidados sobre o país, os(as) autores(as) do texto se colocam a tarefa de contextualizar o “caso afegão” em confronto com concepções teóricas que, de modo geral, são acatadas como heurísticas das dinâmicas socioeconômicas do capitalismo. Também mostra os efeitos negativos da mudança climática na economia afegã, extremamente dependente da agricultura. O artigo é uma rara referência sobre os efeitos

perversos do capitalismo global em países devastados como o Afeganistão, tanto no cenário acadêmico brasileiro quanto no global. Além disso, o artigo procura apontar caminhos efetivos para a superação dos problemas de um país periférico dessa natureza.

Boike Rehbein, por sua vez, nos brinda com o artigo *Capitalism in Laos*. Apresentando profundo conhecimento histórico e sociológico sobre o tema, fruto de pesquisas empíricas e teóricas de longa data, o autor reconstrói a entrada do capitalismo em Laos desde os tempos em que o país era uma colônia francesa, mostrando os efeitos perversos que essa condição legou à história do país. Para Rehbein, o aprofundamento de fato das estruturas capitalistas em Laos ocorre apenas na década de 1990, alterando profundamente sua cultura e economia. Segundo o autor, podem ser identificados quatro modelos de *habitus* e quatro correspondentes “culturas sociais”, como ele define, na sociedade atual em Laos. Com isso, o autor mostra magistralmente como o capitalismo pode alterar as estruturas de uma sociedade, mas não totalmente, sendo que algumas “culturas sociais” permanecem mais tradicionais, enquanto outras são mais afetadas pelos imperativos culturais do capitalismo. Estas seriam aquelas pertencentes especialmente às classes dominantes.

Fabrício Maciel propõe recuperar, no artigo *Exclusão ou desfiliação social? Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo*, a obra do sociólogo francês contemporâneo com o propósito de fazer uso de algumas das suas ideias nas pesquisas acerca do capitalismo e da desigualdade social no Brasil contemporâneo. Desse modo, o autor faz um percurso argumentativo que, partindo da exposição introdutória do histórico sobre o conceito de exclusão social na sociologia brasileira, empenha-se na reconstrução da crítica de Castel ao mesmo conceito. Feito isso, Maciel examina a contraproposta teórica relativa ao conceito de “desfiliação social”. Ao considerar as condições periféricas do Brasil, o trajeto se encerra no esboço do argumento sobre a mobilização crítica da perspectiva teórica proposta por Castel na formulação de uma sociologia política sobre o capitalismo e a desigualdade social nas condições atuais do país.

Respaldado na execução do projeto de pesquisa *Circuitos atlânticos das migrações*, Elias Alfama Vaz Moniz se volta para o candente e cada vez mais nevrálgico problema em torno das imigrações no mundo contemporâneo. Assim, em *Circuitos atlânticos das migrações: historicizando as migrações cabo-verdianas em dinâmicas do capitalismo em África*, o texto aborda as migrações cabo-verdianas à luz dos desdobramentos e dos efeitos do capitalismo no continente africano. O amplo levantamento documental e bibliográfico lhe fornece as fontes para mapear as vivências migratórias de cabo-verdianos levados à procura de formas de

sobrevivência em outras regiões do planeta. A mesma documentação permite que o autor se debruce sobre essas experiências migratórias nos países de chegada, passando em revista as reconstruções possíveis do cotidiano bem como as limitações desse empenho reconstrutivo. Para autor, essas dificuldades estão relacionadas às consequências do capitalismo na África, mais precisamente ao desmonte de esquemas de sobrevivências e processos relacionais consolidados. Tais dificuldades se colocam, assim, entre as razões do posicionamento do conjunto dos países que integram aquela parte do mundo na periferia das relações no sistema interestatal.

A proposta de *Efeitos de lugar no “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana”* é examinar as consequências relacionadas às decisões e iniciativas que correspondem ao implemento de políticas de imagem, inscritas na atual paisagem citadina da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Consideradas as determinações socioestruturais que ora condicionam a requalificação urbana, de autoria de Edson Farias, o texto se ocupa da teia de interdependências sociofuncionais tendo por uma das suas figurações o advento do “Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana”, voltado ao consumo e turismo culturais. O que tem especial relevo é a redefinição do conceito conferido ao senso de localidade naquela região da cidade, o qual se faz presente ao imediato das percepções — conceito que repercute e impacta os meios de cognição e os relatos e narrativas do encadeamento do antes, do agora e do amanhã no conjunto urbano.

Já em *Política do simbólico e mercados: considerações a partir do caso quilombola*, Emerson Rocha discute a política quilombola sob a ângulo dos processos de formação de novos sujeitos econômicos. No andamento da argumentação, em um primeiro momento, o texto aborda a especificidade de descolamento entre registros normativos envolvidos na própria concepção da política de reconhecimento e a demarcação de territórios quilombolas, na atualidade brasileira. Na sequência, o empenho está em descrever o circuito de produção da política quilombola, no qual estão entretidos Estado, sociedade civil e sistemas peritos. A parte final do artigo envolve a reflexão sobre a díade etnicidade e mercados e insere na discussão a correlata conversão de marcadores étnicos em “marca”.

Saulo Araújo se propõe, no artigo *O Recurso ao periférico nos mercados culturais digitais*, a examinar as condições socioculturais e econômicas intrínsecas aos âmbitos da produção e consumo de conteúdos musicais e vídeo-musicais comerciais divulgados nas plataformas digitais provenientes de contextos geográfica e simbolicamente *periferizados*. O texto se realiza na medida em que são vasculhadas as diferentes possibilidades de posicionamento a partir do emprego de diferentes recursos ou “capitais periféricos” por parte dos consumidores e

produtores de conteúdo que partem das plataformas digitais, entendidas como um “lugar”. De acordo com o argumento desenvolvido no artigo, tais condições e recursos tanto podem potencializar quanto se apresentar como limites às subjetividades e trajetórias periféricas nos mercados da cultura no Brasil.

Por fim, em *Que “crente” foi esse? – interseções entre economia, religião e política no neopentecostalismo brasileiro durante a redemocratização*, Moacir Carvalho toma a arena democrática como espaço em que os representantes políticos devem duplamente se apropriar de símbolos e fornecer mediações baseadas em compromissos. Posta essa suposição, o autor indaga: “O que teria acontecido para que os evangélicos até então tímidos, passassem a reconhecer em si mesmos uma legitimidade, vendo-se como capacitados a exercer e ocupar tais lugares de poder?” Sua opção analítica é examinar a religião como realidade cultural inscrita numa específica sócio-história. Com isso, são analisadas as relações entre religião, política e economia, concentrando-se na expansão neopentecostal no Brasil da redemocratização. Para Oliveira, os valores relativos aos modos de vida consumeristas, uma vez tornados decisivos para a constituição das estimas, passariam a ser também decisivos entre os subalternos econômica e politicamente, com todas as consequências para o perfil dos ofertadores e da concorrência em contextos de disputa acirrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max (1985). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.
- BECK, Ulrich. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- BELL, Daniel. *O Fim da Ideologia*. Brasília: UnB, 1980.
- BELL, Daniel. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. New York: Basic Books, 1976.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Éve. *The new spirit of capitalism*. 2ª ed. New York: Verso, 2005.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FARIAS, Edson. Humano demasiado humano: entretenimento, economia simbólica e forma cultural na configuração contemporânea do popular. *Faces contemporâneas da cultura popular*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, pp. 33-74,

GORENDER, Jacob. "Apresentação" In O Capital. Crítica da Economia Política (Vol. I, Livro Primeiro. Tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

GORZ, André. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *A Constelação Pós-nacional*. SP: Literatura Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. SP: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Identidades Nacionales y Post-nacionales*. Madrid: Tecnos, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Para Reconstrução do Materialismo Histórico*. SP: Brasiliense, 1987.

HABERMAS, Jürgen. "Técnica e Ciência como Ideologia" in: **Os Pensadores (Benjamin, Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas)**. SP: Abril Cultural, 1975.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. SP: Loyola, 1992.

HEGEL, G., F. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito: a sociedade civil*. Tradução de Marcos Lutz Müller. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

HEINRICH, Michael. A edição de Engels do Livro 3 de O capital e o manuscrito original de Marx. *Crítica Marxista*, n. 43, 2016, p. 29-43.

HONNETH, Axel. *Kritik der Macht. Reflexionsstufe einer kritischen Gesellschaftstheorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

_____. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

JAMESON, Frederic. *El Posmodernismo o la Lógica do Capitalismo Avanzado*. Barcelona, Buenos Aires e Mexico: Paidós, 1991.

JAMESON, Frederic. *Espaço e Imagem. Teorias do Pós-Moderno e Outros Ensaios*. RJ: Edit. UFRJ, 1995.

JAMESON, Frederic. *A Cultura do Dinheiro. Ensaios sobre a Globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

LASH, Scott & URRY, John. *Economies of Signs and Space*. London: Sage, 1994.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. "Ondas longas" na história do capitalismo In: MANDEL, Ernest: *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARX, Karl. "Trabalho assalariado e capital" In: *Obras Escolhidas*. Moscovo/Lisboa: Progresso/Avante, 1982.

- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (*Os Economistas*).
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, Vol. I*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. “Fragmento da versão primitiva da contribuição à crítica da economia política (1858)” In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. SP: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl e ENGELS, Friderich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Presença. SP: Martins Fontes, s.d., dois volumes.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederick. *Correspondence*. London, 1934.
- MÜLLER, Marcos Lutz. “introdução” In: *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio: primeira parte: o direito abstrato / G. W. F. Hegel*. Campinas, SP, Unicamp, 2003.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. SP: Brasiliense, 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática. Dois paradigmas da teoria antropológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática. Dois paradigmas da teoria antropológica. Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAHLINS, Marshall. “Cosmologies of capitalism: the Trans-Pacific sector the world system”. *Proceeding of the British Academy*, LXXIV, 1988, p.01-51.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2015.

Edson Farias

Pesquisador do CNPq. Professor do PGSOL/UnB e do PPG em Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Editor da revista Arquivos do CMD. Membro do Conselho do Museu AfroDigital Carioca. Membro do Comitê de Imagem e Som da ANPOCS.

Fabrício Maciel

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFF-Campos e do PPG em Sociologia Política da Uenf. Coordenador do Nuesde – Núcleo de Novos Estudos sobre Desigualdade Social. Pesquisador do CNPq.